

Acção Socialista

Nº 1234 - 22 Dezembro 2004

Director: Augusto Santos Silva Director-adjunto: Silvino Gomes da Silva
Internet: www.ps.pt/accao E-mail: accaosocialista@ps.pt



ANO NOVO NOVO GOVERNO



2004 foi um ano para esquecer: recessão económica, crescimento do desemprego, recuo na protecção social, professores por colocar, pressões políticas sobre a imprensa, zanga de comadres. Parece que os deuses decidiram não poupar o nosso país em nada e tudo desabou sobre Portugal.

Um primeiro-ministro humilhado nas eleições europeias, Durão Barroso, decidiu trocar as dificuldades do Governo pela presidência da União Europeia, que não conquistou pelos seus méritos próprios mas por ausência de candidatos fortes. Ao leme

do barco ficou um político irresponsável, Santana Lopes, que dedicou os seus quatro meses de primeiro-ministro a fazer descer a vida institucional a um nível inacreditável de desqualificação. Até ser despedido por manifesta incompetência pelo Presidente da República.

O país precisa de sair desta crise e só o poderá fazer com uma grande vitória do PS nas próximas legislativas de Fevereiro. A hora é, pois, de esclarecer e mobilizar as pessoas fazendo com que elas voltem a acreditar.

ENTREVISTA

Pedro Silva Pereira:
"O PS tem que merecer e conquistar a maioria absoluta" **6**

ORÇAMENTO

Governo em desespero na maquilhagem do défice **3**

PRÉ-CAMPANHA

Socialistas mobilizados para a vitória nas legislativas **3 a 5**

AÇORES

César privilegia estabilidade orçamental **16**



forum

Novas Fronteiras

APRESENTAÇÃO DO PROGRAMA DE GOVERNO
22 DE JANEIRO DE 2005

BOM NATAL & FELIZ 2005

SERIEDADE E CONVICÇÃO

Jorge Sampaio dissolveu a Assembleia da República em nome da estabilidade e da boa governação, como condições determinantes da salvaguarda do interesse nacional, após constatar a incapacidade da actual maioria para as garantir de forma continuada e creível.

A estabilidade é um precioso bem político desde que aliado a um rumo e a um programa coerente de gestão política. A estabilidade na estagnação, na confusão ou na indefinição, pelo contrário, é letal para o futuro de qualquer comunidade.

É hoje evidente que Portugal necessita dum projecto político alternativo, estável e coerente. Seja quem for o próximo governo, o esforço exigido para recuperar o país será brutal. O rigor orçamental é uma condicionante com que temos que nos habituarmos a viver. Associá-lo a uma forte consciência social, implica conseguir crescer economicamente para gerar a margem financeira necessária para financiar essa dimensão.

Os dois pilares duma governação alternativa à derrocada da coligação Portas/Santana, não podem deixar de privilegiar a economia real e as políticas sociais. A Economia tem que ser fortemente incentivada, criando condições de inovação, competitividade e crescimento. As políticas sociais têm que ser focalizadas na promoção da qualificação, da dignidade e das oportunidades.

Ora, uma governação balanceada em dois pilares que se compensam e articulam, como são a modernização da economia e a promoção de dinâmicas sociais de inovação, qualificação e inclusão, terá muita dificuldade em ser concretizada se não tiver um suporte maioritário e consistente na Assembleia da República. Um Governo socialista refém da negociação pontual à sua direita para viabilizar acções de modernização económica, dificilmente terá condições para concretizar a política social ousada de que o país precisa. Por outro lado, um Governo refém de acordos à sua esquerda para aprofundar as políticas sociais, dificilmente terá espaço de manobra para proceder à modernização económica necessária para que Portugal seja competitivo à escala global.

Por isso, o PS não hesita em falar verdade aos portugueses e afirmar

uma seriedade de discurso e uma convicção de projecto que contrasta em absoluto com a atitude populista, errática e de conveniência, praticada pela coligação Portas/Santana.

Temos um programa viável e inovador de reformas, que vai exigir um forte empenho e esforço de todos os portugueses, para que o país volte a trilhar os caminhos do desenvolvimento, do progresso e da aproximação aos padrões médios de bem-estar do espaço político e económico que integramos. Queremos uma maioria absoluta na Assembleia da República para que esse programa possa ser aplicado com a consistência de rumo necessária para que seja bem sucedido, nas condições de adversidade e condicionamento de todos conhecidas.

Em 20 de Fevereiro de 2005, os portugueses serão soberanos na escolha da alternativa de Governo que desejam para o país. Podemos confiar na sua decisão. Ao longo de trinta anos de democracia, o eleitorado tem dado sempre mostras duma enorme ponderação e sabedoria.

Vivemos um tempo em que se recomendam escolhas fortes e consistentes. O próximo Governo do PS necessita, para ter sucesso, de um mandato forte e claro, para poder concretizar o seu projecto político e ser por isso responsabilizado e avaliado. É essa a condição de estabilidade que pode ajudar o país a encontrar os caminhos e as soluções para sair da crise económica, política e moral que o têm assolado neste alvor de milénio.

O desafio que se coloca a cada um de nós, militantes e independentes que se revêm no projecto político do PS, é fortemente mobilizador. Compete-nos, através duma acção política séria, convicta e determinada, contribuir para que a maioria absoluta que desejamos em nome de Portugal seja alcançada, e para que o nosso projecto de justiça e equidade, volte a marcar positivamente o país, como o fez em todas as situações de dificuldade porque passámos em 30 anos de democracia.

Somos o repositório de esperança numa nova ambição, para que Portugal e os portugueses possam "voltar a acreditar".



CARLOS ZORRINHO

O REI DAS FACADAS

ANTOONIO COLAÇO



“Veja Constança, se reparar tenho as minhas costas cheias de **facadas**. Já não há lugar para mais nenhuma”
Pedro Santana Lopes, entrevista com Constança Cunha e Sá, TVI, citação de memória

DEBATE COM JOVENS

COLOCAR O PAÍS NAS FRONTEIRAS DA TECNOLOGIA

As questões do futuro como sejam o plano tecnológico ou o tratamento a dar aos resíduos industriais perigosos estiveram no centro do debate de José Sócrates com os jovens socialistas. A actualidade do chumbo do Eurostat à proposta "absurda" de "lease-back" pretendida pelo Governo foi outro dos pontos em análise, com o secretário-geral do PS a salientar o completo "falhanço" da consolidação orçamental que foi a obsessão do Governo durante os últimos três anos.



Num debate virado para o futuro, o plano tecnológico ocupou lugar de destaque, tendo José Sócrates reafirmado que "o terreno onde Portugal deve lutar e concentrar esforços deve ser a área da tecnologia, educação e inovação".

No quadro de uma aposta num modelo económico assente em sectores que incorporem mais tecnologia, o líder do PS comprometeu-se a tirar Portugal do lote dos países "longe da fronteira da tecnologia", por isso "condenados a imitar os outros".

No domínio da qualificação, Sócrates referiu que "um país que quer ser competitivo tem que falar melhor inglês", pelo que o ensino desta língua tem de passar a ser ministrado, desde logo, nas escolas primárias.

Por outro lado, o secretário-geral do PS acusou o Governo PSD/PP de sofrer do "síndrome banana" quanto ao tratamento de resíduos industriais perigosos, que se traduz em "não construir absolutamente nada em lado nenhum perto de ninguém". Sócrates, que falava no dia 20 num debate promovido pela Juventude Socialista, na discoteca People, no decurso do qual respondeu a questões "da actualidade" levantadas pelos jovens, afirmou que a co-incineração "não é só um problema ambiental", mas também político e económico.

"É um problema político sério para o país a não resolução do tratamento dos resíduos industriais perigosos porque põe em causa a competitividade do país", sublinhou.

O líder do PS acrescentou ainda que

actualmente "se uma empresa estrangeira que produza resíduos industriais perigosos quiser investir em Portugal, para fazer o tratamento dos mesmos terá que os 'exportar' porque é esta a resposta que neste momento temos para dar".

E reafirmou que o PS vai resolver esse problema, "recorrendo à melhor tecnologia disponível, ao melhor conselho científico", ou seja, "vamos resolvê-lo recorrendo à co-incineração", declarou. "Não queremos agradar a todos. Os governos não são para fazer o que é fácil, mas o que é difícil, e é preciso dizer o que se vai fazer durante a campanha eleitoral, e não depois", salientou.

Quanto ao chumbo do Eurostat à cedência de património do Estado

português para manter o défice abaixo dos três por cento, Sócrates disse que as opções do Governo "já passavam para lá do razoável" e que "já se estava mesmo a ver" que seria esta a decisão de Bruxelas. Era uma operação "absolutamente absurda" e um "truque" para tentar "distarçar o falhanço na consolidação orçamental", acusou.

Durante o debate, onde estavam presentes mais de uma centena de jovens socialistas, o secretário-geral do PS disse também que defenderá a introdução de portagens nas Scut (auto-estradas sem custos para o utilizador) do interior quando essas regiões forem mais desenvolvidas. "Estarei de acordo com a introdução de portagens nas Scut quando os rendi-

mentos 'per capita' nessas regiões forem iguais aos da média nacional", disse, depois de sublinhar a necessidade de se promover a coesão social em Portugal.

"Um jovem no interior não tem as mesmas oportunidades que um jovem no litoral", frisou José Sócrates, ladeado pelo líder da JS, Pedro Nuno Santos, e rodeado pelos jovens socialistas, sentados em círculo, e ainda por três ecrãs de televisão onde passavam em directo imagens do debate.

No encontro, o secretário-geral socialista defendeu ainda medidas como a promoção dos estágios profissionais para facilitar a transição das universidades para o mercado de trabalho e o apoio do Estado à formação de novas empresas.

PEDRO SILVA PEREIRA DENUNCIA

GOVERNO EM DESESPERO PARA DISFARÇAR O DÉFICE

"A operação de venda e depois de cedência de património do Estado já era tão desesperada e absurda que reaceamos que a medida que o Governo está a estudar possa ser ainda pior, porque, pela lógica, se tivesse uma solução melhor, teria recorrido a ela primeiro", afirmou o porta-voz do PS, Pedro Silva Pereira, após o anúncio do "chumbo" por Bruxelas da cedência de imóveis para resolver o problema do défice.

Pedro Silva Pereira fez aquelas declarações terça-feira, dois dias antes da reunião do Conselho de Ministros que, segundo Santana Lopes e Bagão Félix, iria anunciar uma solução para manter o défice abaixo dos 3 por cento. O Governo de Santana Lopes preparava-se para fazer a cedência temporária de 65 imóveis do Estado à

banca, de forma a conseguir arrecadar cerca de 500 milhões de euros de receita para evitar que Portugal viesse a enfrentar um processo de Bruxelas por "défice excessivo".

A apreciação da Comissão Europeia sobre a operação foi a de que a tentativa de gerar receitas para salvar o défice deixaria o Estado português no papel de inquilino, tendo depois de pagar receitas durante muitos anos pela ocupação dos imóveis que agora lhe pertencem. Por isso, foi rejeitada. Para o porta-voz do PS, Pedro Silva Pereira, esta situação torna por demais óbvio "o fracasso total do Governo em matéria de consolidação das contas públicas". Aquele responsável considerou, por este motivo, que o PS terá de avaliar exactamente qual a situação das finanças públicas se o

PS ganhar as próximas eleições legislativas.

"A verdade não pode ser escondida dos portugueses", disse, acrescentando que "já todos perceberam que neste Governo deixa um défice real muito superior ao que existia em 2001".

Pedro Silva Pereira considerou também "muito original" a conferência de Imprensa do primeiro-ministro e do ministro das Finanças, por ter unicamente servido para convocar outra conferência de Imprensa dois dias depois.

"Só o dr. Santana Lopes é que se lembraria de convocar uma conferência de Imprensa para dizer ao país que não está em condições de apresentar nenhuma medida para resolver o problema do défice", concluiu.

PS DESMENTE NOTÍCIAS FALSAS E ESPECULATIVAS

O PS considerou "absolutamente falsa, infundada e absurda" a notícia veiculada em manchete pelo "Diário de Notícias" no dia 19, segundo a qual o PS e José Sócrates teriam "deixado cair" a co-incineração.

Em comunicado, o porta-voz do PS, Pedro Silva Pereira, desmentiu formalmente ter proferido a afirmação que erradamente lhe é atribuída pelo "DN" no sentido de que a questão da co-incineração estaria "politicamente ultrapassada". Pelo contrário, refere o PS, é sabido que, ao fim de quase três anos, "o actual Governo não foi capaz de implementar qualquer solução alternativa para o tratamento dos resíduos sólidos industriais perigosos".

No âmbito da sua proposta de programa de Governo, o PS apresentará ao país, de forma integrada, "a sua visão sobre o futuro do tratamento de resíduos industriais perigosos em Portugal".

Entretanto, o PS desmentiu também uma notícia especulativa do "Público", segundo a qual os socialistas tinham um cenário estratégico pré-definido de aliança preferencial com o Bloco de Esquerda em caso de não obtenção de maioria absoluta.

Como tem sido reafirmado pelo secretário-geral, José Sócrates, e pelos principais dirigentes do PS, designadamente o director operacional de campanha, Jorge Coelho, e o porta-voz do partido, Pedro Silva Pereira, o PS está concentrado num objectivo essencial: a obtenção da maioria absoluta. Só uma maioria absoluta do PS pode garantir ao país um Governo estável que permita restaurar a confiança dos portugueses.

SÓCRATES EM PRÉ-CAMPANHA

EDIFICAR O PORTUGAL FUTURO

Determinado e confiante, o secretário-geral socialista tem centrado a sua mensagem de pré-campanha na necessidade da obtenção de uma maioria absoluta para o PS, que permita "um Governo estável", para implementar as reformas que o país necessita, no quadro de uma aposta no conhecimento, na educação, na ciência, na cultura e em novas políticas sociais e urbanas. Elegendo a abstenção como o principal adversário do PS nas próximas eleições, Sócrates conta com o empenho e a mobilização dos socialistas para afastar o Governo da direita, que acusou de ter falhado no seu principal objectivo de controlar as contas públicas, deixando em contrapartida 150 mil novos desempregados e um país a divergir da média da União Europeia. Por isso, disse, merece uma pesada derrota.



Na primeira acção de pré-campanha em Lisboa, José Sócrates afirmou que a vitória do PS nas legislativas de Fevereiro significa "a possibilidade de Portugal ter um Governo estável".

Perante as mais de 3500 pessoas que no passado dia 17, sexta-feira, participaram no jantar-comício no Centro de Congressos de Lisboa, Sócrates defendeu ser "preciso que Portugal tenha um poder político democrático forte, que não esteja dependente de acordos permanentes com outros partidos e dos interesses corporativos", tendo reiterado que o principal adversário do PS nas próximas eleições é a abstenção.

Na sua intervenção, o secretário-geral do PS manifestou-se contra a venda, por ajuste directo, de 65 edifícios do Estado, tendo acusado o Executivo de Santana Lopes de falta de transparência.

"Ao que nós chegámos. Agora vale tudo", criticou, para de seguida afirmar que a venda de edifícios do Estado para "mascarar o défice" é um acto "irresponsável e leviano".

"Portugal não tem património a mais. Portugal tem é um Governo que já está a mais", disse, acusando o PSD e o CDS-PP de entrarem num "estado de desespero que os está a levar à indignidade".

Sócrates referiu-se também à "falsa promessa" do ministro da Defesa, Paulo Portas, de construir os veículos blindados com a mão-de-obra dos trabalhadores da empresa Bombardier e as "contradições" sobre a cobrança de portagens aos jipes nas auto-estradas.

Em relação a Santana Lopes, acusou-o de ter feito em Lisboa, enquanto presidente da Câmara, "a mais desastrosa experiência autárquica que há memória em Portugal". O secretário-geral socialista acusou também o Governo de ter falhado no seu principal objectivo de controlar as contas

públicas, deixando, em contrapartida, "150 mil novos desempregados e um país a divergir da média da União Europeia há sete trimestres consecutivos".

"Se há uma marca deste Governo é a do fracasso social total", frisou.

Por sua vez, Jaime Gama, na intervenção que antecedeu a do secretário-geral, disse que o fim da coligação PSD/PP "é o reconhecimento de que os dois partidos não estavam à altura das suas responsabilidades governativas. E é também o reconhecimento de que as coligações nem sempre constituem fusões adequadas para resolverem os problemas no país".

No jantar-comício da antiga FIL foram também oradores os independentes Carlos Pinto Coelho, mandatário por Lisboa do Fórum "Novas Fronteiras", e Valadares Tavares.

Regresso ao "sentido de Estado"

No Porto, José Sócrates defendeu o "regresso do sentido de Estado" às funções governativas e acusou o PSD e o CDS-PP de "não terem mais nada para discutir senão a sua derrota", uma vez que "não querem discutir o desemprego e a crise na economia".

José Sócrates falava no jantar-comício de sábado, realizado no edifício da Alfândega, onde afirmou que se o PS vier a formar Governo "não terá a atitude imatura de passar a vida a dizer mal do Governo anterior".

O líder socialista voltou a desenvolver a ideia de que o programa eleitoral do PS terá como "símbolo" a aposta no conhecimento, na educação, na ciência e na cultura, áreas que classificou como "um falhanço e uma grande irresponsabilidade"

do cessante Governo PSD/CDS-PP. Consciente de que em democracia "ninguém tem a certeza da vitória", considerou, no entanto, que o maior adversário do PS é a abstenção.

Por sua vez, o presidente da Federação do Porto do PS, Francisco Assis, mostrou-se convicto de que os socialistas vão ganhar os próximos desafios que se colocam ao Porto e a Portugal. "O PS está à altura de encontrar um caminho, que tem de passar por valorizar os recursos humanos, modernizar a Administração Pública e qualificar o território", declarou.

Já o presidente da Concelhia, Nuno Cardoso, criticou o "desprezo" com que a cidade tem sido tratada pelos poderes central e local, garantindo que "os portugueses estão com o PS".

O jantar, onde participaram mais de mil pessoas, contou também com intervenções de duas personalidades do Movimento "Novas Fronteiras", a investigadora Raquel Seruca e o ex-reitor da Universidade do Porto Alberto Amaral, que criticaram o desinvestimento do Estado na inovação e ciência. Antes do jantar da Alfândega do Porto, José Sócrates acompanhado por diversos membros do Secretariado Nacional do PS desceu a Rua de Santa Catarina numa acção de pré-campanha muito bem acolhida pelos portugueses.

Estabilidade e governabilidade

Falando no dia 11 no primeiro jantar de pré-campanha, em Castelo Branco, seu círculo eleitoral de sempre, o secretário-geral do PS voltou a pedir uma maioria socialista na Assembleia da República, em nome da "estabilidade e governabilidade do país".

"Falo-vos sem triunfalismo nem nenhuma

arrogância, pois não queremos a maioria absoluta para desprezar a oposição, nem para deixar de ouvir os outros, nem para humilhar o Parlamento, nada disso", afirmou perante cerca de 1500 convivas.

"Todos os portugueses sabem que o PS é o partido da liberdade e da democracia. Queremos a maioria absoluta para que Portugal possa ter um governo preocupado apenas com a governação e poder aplicar um projecto coerente e capaz para que o país possa vir a ter um governo estável", sublinhou José Sócrates.

Num discurso voltado para o interior, o líder socialista lembrou algumas das infra-estruturas que o Governo de António Guterres impulsionou, como a auto-estrada da Beira Interior, o gás natural e a Faculdade de Medicina da Beira Interior, para apelar à mobilização de todo o distrito de Castelo Branco nesta campanha eleitoral.

Na sua intervenção, Sócrates apelou ainda ao PSD para que se concentre na campanha eleitoral e apresente propostas concretas para o país.

Governo merece uma grande derrota

Crescimento da economia, plano tecnológico, novas políticas sociais e urbanas são os pontos centrais que vão integrar o programa de Governo do PS, anunciou no dia 13 José Sócrates, num jantar de pré-campanha com militantes da Concelhia de Barcelos.

Tendo sempre presente que "em democracia ninguém tem a certeza da vitória", o secretário-geral do PS não tem porém dúvidas de que "este Governo merece uma grande derrota".

E adiantou que "o PS não está aqui para chorar sobre os problemas, mas sim para os resolver, para melhor servir Portugal e

para implementar as reformas de que o país precisa".

Na sua intervenção, Sócrates reafirmou ainda que "é muito importante para o país que haja condições de governabilidade e estabilidade para quatro anos, o que pressupõe a obtenção de uma maioria absoluta".

Promover o emprego

Em visita ao distrito de Braga, José Sócrates anunciou que se o PS for Governo investirá "em políticas que invertam a tendência actual de crescimento do desemprego, que passou de 4,2 para 6,8 por cento nos últimos três anos".

No final da visita que efectuou à fábrica Continental Mabor, no âmbito de uma deslocação que englobou passagens por Esposende, para se reunir com empresários, e por Barcelos, Sócrates acusou o Governo PSD/PP de ter deixado que o número de desempregados aumentasse em 150 mil nos últimos três anos e reiterou que "o combate ao desemprego, através de políticas públicas, é uma das prioridades do programa eleitoral do PS para as próximas eleições legislativas".

Segundo o líder socialista, tal poderá ser conseguido "através do aumento dos incentivos aos empregadores e pelo investimento em formação profissional quer para activos quer para desempregados". E acrescentou que "este Governo piorou a qualidade de vida dos cidadãos e nem sequer controlou as finanças públicas, pois o défice é hoje maior do que o do Governo de António Guterres".

Prioridade às políticas do conhecimento

A adopção de políticas públicas que visem



o crescimento económico assente no conhecimento e na qualificação dos portugueses, constitui a prioridade central do futuro Governo do PS no caso de vencer as eleições do próximo dia 20 de Fevereiro. "É preciso voltar a apostar em políticas públicas com uma prioridade central para as políticas do conhecimento", defendeu no dia 14, em Coimbra, José Sócrates ao discursar num jantar de pré-campanha, em que estiveram presentes, entre outras destacadas personalidades, Gomes Canotilho, mandatário do Movimento "Novas Fronteiras, Germano de Sousa, bastonário cessante da Ordem dos Médicos, e o constitucionalista Vital Moreira. O secretário-geral do PS referiu-se ainda à necessidade de "criar uma nova agenda com uma nova atitude de governação do país". Antes, Sócrates tivera um dia dedicado à saúde que o levou a visitar o Centro de Cirurgia Cardiorrástica dos Hospitais de

Coimbra, o Hospital de Cantanhede e a efectuar reuniões com técnicos da área. Na ocasião, o líder do PS defendeu que se deve evitar o "excesso de visão contabilística" na saúde, dando "um novo enfoque na qualidade". E mostrou-se convicto de que, para garantir a qualidade da prestação dos cuidados de saúde aos portugueses, "não é preciso mais dinheiro, mas gerir melhor" os recursos.

Sócrates garante retoma da co-incineração

Já em Montalegre, José Sócrates garantiu que "se o PS for Governo, o país terá co-incineração como resultado da melhor avaliação científica para tratar os lixos" e porque "é do interesse nacional" que a tenha. Lembrando que o último Executivo

socialista desenvolveu uma política de ambiente que integrava o projecto da co-incineração e que mais tarde seria abandonado pela coligação demissionária, o secretário-geral acusou o Governo de acabar com uma solução sem avançar com nenhuma alternativa. A direita, acusou, "deitou fora um projecto apenas porque era dos outros, sem ser capaz de construir nada para o substituir".

"Nós estamos aqui para resolver o problema e não para o adiar", sublinhou José Sócrates, que falava no passado dia 19, perante milhares de pessoas presentes na festa anual do PS de Montalegre.

Na sua intervenção, o secretário-geral dos socialistas apontou também para o grande adversário do PS no próximo combate eleitoral: "A apatia, o desinteresse nacional e a abstenção".

"Estamos ainda no início desta campanha, mas quero afirmar que uma das principais

prioridades do Partido Socialista é acabar de uma vez por todas com o esquecimento e a marginalização a que tem sido votado o interior do nosso país", declarou.

Sobre a dissolução do Parlamento, o líder socialista considerou que a decisão do Presidente da República permitiu aos portugueses "respirar de alívio" depois de dois anos e meio em que tudo o que aconteceu "foi mau de mais".

Considerando "absolutamente inacreditável" a intenção demonstrada pelo Governo de vender edifícios públicos com o único objectivo de "fingir que cumpre o défice", Sócrates lamentou os resultados "péssimos" neste último trimestre de 2004 da economia portuguesa, que ficou classificada como "a pior da União Europeia", por causa das más políticas da direita.

Deixou ainda a garantia de que, se o PS for Governo, não "passar a vida a falar mal do Governo anterior", pois as energias serão

canalizadas para retomar as políticas de solidariedade social e especialmente para o apoio aos mais idosos e pobres.

"Portugal voltará a ter uma política de combate às injustiças territoriais e de desenvolvimento do interior", prometeu. Por sua vez, o secretário nacional adjunto do PS e deputado eleito pelo círculo de Vila Real, Ascenso Simões, centrou o seu discurso na necessidade de uma grande mobilização para as eleições que se avizinhavam. Pediu empenhamento, mobilização e ajuda para que o PS volte a governar Portugal com uma forte matriz solidária. Perspectivando a possibilidade de nesta campanha se vir a verificar um ruído ataque pessoal ao líder do PS e aos seus principais dirigentes, Ascenso Simões pediu aos socialistas para não caírem na tentação de descerem ao nível desses insultos e para promoverem uma campanha, com grande elevação.

TEMPO DE ANTENA

SÓCRATES: UM POLÍTICO CORAJOSO E DETERMINADO

No primeiro tempo de antena de campanha eleitoral para as legislativas de 2005 no passado dia 20, José Sócrates garantiu que se for eleito primeiro-ministro não usará o recurso à desculpa da "pesada herança" e não cederá ao tradicional vício de destruir tudo o que foi feito pelo antecessor no poder, canalizando antes as energias para projectos mais positivos, de forma a que os portugueses tenham razões para renovar a esperança no futuro. "Um Governo do PS não ficará entredito a dizer mal do Governo anterior, nem deitará

para tudo o que existe só porque foi feito pelos outros", afirmou o líder do PS, para quem "o nosso dever é aproveitar o bem que se fez e emendar o que foi mal feito". Todavia, Sócrates não deixou de sublinhar "o fracasso total" da política económica seguida pelos executivos de Durão Barroso e Santana Lopes, acusando-os de terem decidido, genericamente, de forma "profundamente errada" e de terem feito "tudo ao contrário do que foi prometido".

Ao encerrar o tempo de antena com cerca

de oito minutos, o secretário-geral transmitiu "uma mensagem de confiança" ao demonstrar convicção na possibilidade de mudar o país através do investimento "no conhecimento, na inovação e nas novas tecnologias".

"É preciso preparar Portugal para vencer", defendeu, criticando "o pessimismo e o desalento" instalados em Portugal e sustentando que a aproximação ao nível de vida dos países mais desenvolvidos da Europa — "um objectivo central" — será conseguida "com mais crescimento

e económico e com mais emprego". Sócrates ressalva, no entanto, que não irá "vender ilusões", nem "prometer impossíveis" durante a campanha para as legislativas antecipadas de 20 de Fevereiro, porque "o país precisa que lhe fale a verdade".

Depois de reviver, em imagens de arquivo, a obra feita e as medidas implementadas (Programa Polis e vitória da candidatura nacional para a organização do Campeonato Europeu de Futebol 2004, entre outras) durante a sua participação nos

Governos de António Guterres, o secretário-geral apresentou-se como um político "capaz de decidir" com "determinação". Assegurando ter "uma equipa e um projecto para o futuro de Portugal", o líder socialista lembrou que os portugueses conhecem o seu trabalho e considerou nesta época do ano tão especial, "muita coisa pode começar a mudar em cada um de nós e no país".

De salientar que o próximo tempo de antena do PS deverá ser transmitido no dia 5 de Janeiro.

PEDRO SILVA PEREIRA AO "ACÇÃO SOCIALISTA"

"O PS TEM QUE MERECEER E CONQU

O fracasso "total e absoluto" das políticas do Governo vai ser julgado pelos portugueses nas legislativas de Fevereiro, eleições onde o PS tem como objectivo a conquista da maioria absoluta "para melhorar a situação do país e a vida das pessoas". Em entrevista ao "Acção Socialista", o porta-voz do PS, Pedro Silva Pereira, promete que a campanha socialista se pautará pela "verdade e elevação", centrando-se no debate dos problemas e das soluções para os resolver. "Firmeza e determinação" são qualidades que aliadas a "entusiasmo e energia" farão de José Sócrates um grande primeiro-ministro, garante Pedro Silva Pereira.



A dissolução da Assembleia da República no quadro de uma maioria parlamentar foi questionada do ponto de vista da legitimidade política. Qual a sua leitura dos poderes presidenciais num regime semipresidencialista como o nosso?

Ao contrário do que disseram os partidos da coligação, com a dissolução da Assembleia o sistema de Governo não mudou. Pelo contrário, o sistema de Governo funcionou. É próprio de um sistema em que o Presidente da República é eleito por sufrágio universal directo que ele tenha legitimidade exactamente para intervir neste tipo de situações. Esta possibilidade de dissolução por iniciativa presidencial não existe nos sistemas parlamentares e, aliás, também não existe sequer, por outras razões, nos presidencialistas. Mas é próprio dos sistemas semipresidenciais que isto seja possível. É claro que não é uma decisão que seja tomada de ânimo leve. É uma decisão extraordinária para uma situação extraordinária. E a verdade é que Portugal vivia uma situação grave, visto que a maioria parlamentar não tinha sido capaz de gerar um Governo estável. A estabilidade não é uma maioria estar agarrada ao poder. Só há estabilidade quando a maioria é capaz de gerar um Governo estável. Foi isso que a maioria não foi capaz nesta segunda oportunidade que o Presidente lhe deu.

A julgar pelos desmentidos que o PS já teve de fazer ainda nesta fase de pré-campanha, nomeadamente o da coligação com o Bloco de Esquerda e do abandono do método da co-incineração, têm razão aqueles que alertaram para a dureza da campanha. São de esperar novos ataques especulativos contra o PS?

Para dizer a verdade o PS está à espera de tudo. Mas, o mais importante, é que o PS se mantenha fiel ao princípio de reagir com elevação aos ataques que têm vindo

a suceder e que provavelmente vão continuar. A democracia portuguesa precisa hoje de uma campanha que seja um debate sobre os problemas do país e as soluções para os resolver. E a última coisa de que precisa é que esta campanha possa contribuir para afastar ainda mais os cidadãos da vida política. Quanto a matéria de alianças, para o PS o objectivo está claramente definido. Foi aliás fixado no nosso último Congresso. E que é o de lutar pela maioria absoluta. Acho que ninguém compreenderia, no momento em que o PS e o país se dão conta, que este objectivo está ao alcance do Partido Socialista, que o PS fosse agora lançar-se num debate sobre cenários pós-eleitorais que o PS não deseja para o Governo.

No que diz respeito à questão da co-incineração, o que se passa é uma coisa muito simples: o PS mantém-se fiel àquela que é a solução que sempre defendeu para o problema dos resíduos industriais perigosos, desde o tempo em que estava no Governo. Ninguém sustenta, nem hoje nem no passado, que a co-incineração seja a única forma de tratar os resíduos industriais perigosos. Mas há resíduos industriais perigosos que não têm solução melhor de tratamento. É para esses que o país tem a responsabilidade de encontrar uma solução. Uma responsabilidade ambiental, de saúde pública e económica como provou há dias o dr. Miguel Cadilhe. A responsabilidade do PS não é esconder nem adiar os problemas. É dar conta da sua determinação em resolvê-los.

O PS tem vindo a pedir a maioria aos portugueses e a afirmar que o seu principal adversário é a abstenção. Considera que esta mensagem tem sido interiorizada pelo eleitorado?

Estou convencido de que os últimos dois anos e meio não provocaram só uma grande desilusão de muitos portugueses com os partidos que são responsáveis por esta governação, assistindo-se

também a um fenómeno mais fundo do que esse e mais preocupante. O incumprimento das promessas, a frustração pelo incumprimento dos objectivos trouxe consigo razões acrescidas para uma descrença generalizada na política e nos políticos. É por isso que o PS tem afirmado que nestas eleições não está apenas em causa pôr um ponto final no desastre desta governação, mas fazer qualquer coisa pela qualidade da nossa democracia e chamar à participação os descontentes, os desinteressados já da política. É por isso que a abstenção é, como sempre foi o adversário de um a democracia viva e participada, mas é um adversário político do PS nestas eleições. O PS tem entre os seus objectivos principais dirigir-se a esse eleitorado descontente e que na ausência de um projecto mobilizador poderia vir a optar pela abstenção.

Com as sondagens a colocarem o PS sistematicamente à beira de uma maioria absoluta, o que tenciona fazer a direcção nacional para evitar atitudes eventualmente triunfalistas?

Essa tem sido uma mensagem muito presente nas intervenções do secretário-geral e dos principais dirigentes do PS — estou a recordar-me das entrevistas de Jorge Coelho — e é uma recomendação de bom senso. Por duas razões. A primeira é uma razão de sobriedade no modo como o PS se apresenta ao país. Mas, a outra, ainda é mais importante do que essa: a maioria absoluta não está garantida. A maioria absoluta depende também do empenhamento e da luta dos militantes do PS. E, portanto, é preciso que o partido compreenda que é essa a situação. O PS tem que merecer e conquistar a maioria absoluta.

A dissolução do Parlamento e a consequente convocação de eleições antecipadas alterou a estratégia definida no último Congresso. Como é que o PS se

A abstenção é, como sempre foi o adversário de um a democracia viva e participada, mas é um adversário político do PS nestas eleições

adaptou, nomeadamente no que respeita ao fórum das "Novas Fronteiras"?

Houve a necessidade de introduzir ajustamentos de forma e de calendário. Mas manteve-se a iniciativa como um espaço de abertura do PS à sociedade portuguesa e de participação de independentes na construção das propostas políticas do Partido Socialista. Concretamente, conduziu a fazer da sessão que estava prevista para final de Janeiro um espaço de discussão e apresentação do programa de Governo do PS e, portanto, transformar num ponto importante de chegada aquilo que era suposto ser um ponto de partida. Mas, devo dizer apesar de tudo que mantemos também a intenção de que a dinâmica das "Novas Fronteiras" não se esgote no dia 22 de Janeiro, dia da sessão de apresentação do programa de Governo. Porque é intenção do PS que esta dinâmica de abertura se prolongue para lá das eleições e nesse sentido é com muitas aspas que falamos no dia 22 de Janeiro como um momento de chegada.

Só nessa altura, portanto, será conhecido o programa de Governo do PS. Como reage a certas críticas que apontam para a ausência de propostas concretas?

Nenhum partido concorrente a estas eleições apresentou até ao momento o seu programa de Governo. E é curioso

que ninguém pergunte aos outros partidos pelo programa de Governo. Sabemos até, porque o dr. Paulo Portas o anunciou, que o CDS vai ter um programa de Governo próprio feito de raiz. Supomos, portanto, que diferente daquele que o PSD e o CDS estavam conjuntamente a executar no Governo. Em todo o caso a verdade é que os portugueses sabem hoje mais sobre as propostas do Partido Socialista para o país do que sabem de qualquer outro partido. Por uma razão simples. É que o PS veio de um Congresso em que, ao contrário do que sucedeu em outros partidos, se discutiram de facto os problemas do país. O último Congresso do PSD centrou-se numa questão tática. A questão de saber se o PSD devia concorrer separado, como defendia o dr. Marques Mendes, ou se devia adiar essa decisão, como defendia o dr. Santana Lopes. Problemas do país nada. Pelo contrário, o PS fez um debate aos olhos dos portugueses, muito participado em torno da visão do PS sobre a resolução dos problemas do país. E, portanto, os portugueses sabem que a estratégia aprovada no Congresso se debruçou sobre propostas concretas para o futuro. E são essas que têm estruturado as intervenções do Partido Socialista sobre os mais diferentes assuntos. É claro que há um momento para que essas ideias tomem a forma de programa de Governo e esse momento surge com a marcação de eleições. Esse processo, como dizemos, estará concluído no dia 22 de Janeiro. Agora isso não significa que o PS, pela propostas que apresentou no Parlamento, por aquelas que o Gabinete de Estudos foi discutindo ao longo destes dois anos e meio, e sobretudo em função daquilo que foi a discussão do Congresso, não tenha uma visão clara sobre o que deve ser o futuro da governação.

Para além do dia 22 de Janeiro que outras iniciativas estão previstas no âmbito das "Novas Fronteiras"?
Nós vamos ter quatro sessões temáticas nos dois dias fins-de-semana de Janeiro

“ISTAR A MAIORIA ABSOLUTA”

anteriores ao dia 22, correspondentes aos dias 8/9 e 15/16. Os temas que iremos aí tratar são os seguintes: a presença de Portugal no mundo, a qualidade de vida, as políticas sociais, o crescimento económico e o plano tecnológico. Depois de 22 de Janeiro a dinâmica de abertura do PS prolongar-se-á também com a realização de Convenções distritais que a nível local criam espaços de encontro dos candidatos e dirigentes locais do PS com cidadãos nas suas respectivas áreas.

O PS tem marcado para 3 de Janeiro a realização de comissões políticas federativas e para dia 5 a Comissão Política tendo em vista a elaboração das listas de deputados. Sabendo, embora, que esta é uma tarefa do camarada Capoulas Santos, pergunto quais os critérios definidos pela direcção nacional para esse sempre tão difícil exercício que é a feitura das listas?

É importante, evidentemente, que o PS apresente a estas eleições a perspectiva de um Grupo Parlamentar qualificado, disposto a cumprir o seu mandato e que traduza o momento de unidade que se vive no Partido Socialista. Além disso, que também possa ser um sinal de abertura e de renovação. É preciso baixar a média etária do nosso Grupo Parlamentar e assegurar, por outro lado, uma representação justa de géneros.

Do ponto de vista do marketing político, pode, desde já, desvendar um pouco daquilo que o PS tem para apresentar aos eleitores?

Há duas ideias dominantes. A primeira é a que com um Governo do PS Portugal vai ter um rumo. Há no país uma grande sensação de desnoite, sobretudo nestes últimos quatro meses de desorientação

estratégica do Governo do dr. Santana Lopes. As pessoas ficaram muito com a sensação de que assim não íamos a lado nenhum, que o próprio Governo não tinha um desígnio. É muito importante que o Partido Socialista nestas eleições se apresente como um partido que tem um projecto para o futuro e que tem rumo para propor. Em segundo lugar, trata-se também de oferecer um programa de Governo credível. E desse ponto de vista importa fazer o contraponto entre o fracasso daquilo que foi o dr. Santana Lopes enquanto primeiro-ministro e, por outro lado, a possibilidade de com o nosso candidato a primeiro-ministro, o secretário-geral eng. José Sócrates, oferecer ao país alguém que tem uma experiência como governante que é reconhecidamente positiva e, portanto, pode dar a garantia de um Governo com uma liderança que também faltou.

Tendo tido altas responsabilidades na política de ambiente do Governo de António Guterres, qual a análise que faz deste sector durante o Governo PSD/PP em contraponto àquilo que o PS deixou pronto antes de sair?

Estes dois anos e meio foram anos de um gravíssimo retrocesso histórico na política de ambiente. Não há memória de uma coisa assim. Assistimos a uma desvalorização da política de ambiente, a um bloqueio dos projectos em curso e a um estrangulamento financeiro total do Ministério. Daqui resulta que os problemas ambientais do país se degradaram em vez de serem resolvidos. Desde a conservação da natureza, que termina com o Instituto da Conservação da Natureza com os telefones cortados por falta de pagamento, ao sector das águas em que o folhetim da privatização não conduziu a lado nenhum e só semeou o desnoite e a confusão – o

Governo deixa aliás Portugal em incumprimento no que respeita à directiva-quadro da água -, nos resíduos o faz que anda mas não anda, o que acontece aliás em todas frentes de combate da política de ambiente, incluindo a política de cidades em que o Programa Polis foi roubado ao Ministério do Ambiente e sujeito a limitações financeiras que impediram o seu normal prosseguimento com prejuízo para a qualidade de vida das pessoas que vivem nas cidades. Portanto, estes dois anos e meio foram para a política de ambiente um grande buraco negro.

A bem da verdade e de Portugal, em sua opinião é preferível furar o tecto dos três por cento do défice ou alienar património a qualquer preço?

Definitivamente alienar património a qualquer preço parece-me um verdadeiro disparate. Esta operação tentada pelo Governo de venda de património do Estado só se compreende, por um lado, pelo desespero em que o Governo se encontra, e, por outro lado, pela obsessão que o Governo revela pela questão do défice orçamental. Mas, a verdade, é que esta dicotomia de vender

património ou cumprir o défice só existe por exclusiva responsabilidade do Governo. Só chegamos a esta situação porque em dois anos e meio o Governo não foi capaz de promover a tão falada consolidação das contas públicas que era o seu objectivo prioritário.

Isso leva a outra questão. A presente situação económico-financeira do país é a prova acabada do completo falhanço das políticas seguidas pelo Governo da direita?

É o fracasso total. Portugal chega ao fim destes dois anos e meio, três anos – o Governo vai de facto fazer três anos em Março – tendo vivido a mais longa recessão económica desde a instauração da nossa democracia e com o desemprego a atingir meio milhão de pessoas. Tudo isto apresentado aos portugueses como o preço que era preciso pagar para cumprir o défice. E vimos a saber no final da história que o Governo tem afinal um défice superior àquele que existia quando chegou. Isto só pode ser considerado um fracasso total e absoluto das políticas económica e orçamental. Os portugueses vão julgar esta des governação nas próximas eleições.

Mas o PS tem vindo a dizer que quando chegar ao Governo não fazer o habitual discurso do “passa-culpas”.

O PS vai naturalmente falar verdade e apresentar aos portugueses a situação do país. Isso é uma coisa que o PS terá que fazer obviamente. Outra coisa é substituir uma governação que deve resolver os problemas do país por um permanente exibir de culpados pela situação a que se chegou. São duas atitudes que não se excluem. Uma coisa é falar verdade e vamos falar verdade. Outra coisa é abdicar de governar apenas para obter ganhos

político-partidários com acusações ao Governo anterior. Acho que os portugueses estão cansados disso, verdadeiramente. Com certeza que querem saber a situação do país e querem sobretudo saber o que é que se está a fazer para tirar o país da crise e para melhorar a vida das pessoas. Ora o PS tem a dizer aos portugueses que vai oferecer ao país um Governo que se vai ocupar prioritariamente disso mesmo: melhorar a situação do país e a vida das pessoas.

É, porventura, das pessoas mais próximas e que melhor conhece politicamente o nosso secretário-geral. Quais as qualidades que reconhece a José Sócrates e que o levam a acreditar que ele dará um grande primeiro-ministro?

José Sócrates já provou ao país que tem as qualidades para ser um bom primeiro-ministro. Porque é capaz de estudar os *dossiers*, conhecer os problemas, ouvir os especialistas sobre os diferentes assuntos e definir politicamente um caminho. E feito isso é capaz de prosseguir com firmeza e determinação. Essas qualidades são conhecidas pelos portugueses porque puderam constatar que foi assim que agiu quando teve responsabilidades governativas no passado. Acho que, além disso, ele é capaz de oferecer ao país um suplemento de entusiasmo e energia que Portugal precisa. É, porventura, esse testemunho pessoal que posso acrescentar: o de que o eng. José Sócrates não deixa ninguém parado junto dele, põe toda a gente a mexer. Põe as equipas a funcionar, dá impulsos permanentemente e, portanto, acho que com o José Sócrates Portugal pode conhecer um período de dinamismo e de motivação, o que é muito importante. Estou convencido de que o que o país precisa é de ter confiança no seu futuro para voltar a acreditar.

Definitivamente alienar património a qualquer preço parece-me um verdadeiro disparate



PORTUGAL TEM DE MUDAR

É preciso acreditar para mudar. A crise de confiança é o mais grave problema nacional. Temos de alterar esta situação, pois só com o envolvimento e participação dos portugueses, com o seu apoio activo e entusiástico, é possível construirmos uma sociedade competitiva e de bem-estar, alicerçada no trabalho, na qualidade e no mérito.

Lança-se um olhar retrospectivo pelo que aconteceu nos últimos três anos e não se acredita. Um primeiro-ministro que foge por não ser capaz de resolver os problemas que criou e vai tratar da vidinha para a Europa! Outro primeiro-ministro que, em vez de governar o país, se envolve nas mais inconcebíveis trapalhadas, transformando-se no principal factor de instabilidade política! As peripécias começaram logo no dia da posse e prosseguiram a um ritmo alucinante. Mesmo em (auto)gestão este Governo é perigoso, como confirma a proposta de venda (posteriormente convertida em aluguer de longa duração) de imóveis do Estado, agora "chumbada" pela Comissão Europeia presidida pelo



EDITE ESTRELA

companheiro Barroso. Como a operação se destinava a camuflar, uma vez mais, o défice das contas públicas, significa que nem esse objectivo (a que tudo foi sacrificado nos últimos anos) será atingido. Esta é a prova cabal da irresponsabilidade e da incompetência dos governos de direita liderados pelo trio "maravilhas" José, Paulo e Pedro. Apesar destes desmandos e dos tratos de polé que o Governo infligiu aos portugueses, Santana Lopes arma-se em vítima. Em entrevista televisiva (que mais parecia episódio de novela), queixou-se das "cicatrices das facadas nas costas", linguagem reveladora da maturidade política do governante.

Como é possível tanto disparate? Como é possível que, em tão pouco tempo, se tenha desbaratado património nacional e prestígio internacional e se tenha perdido a confiança de investidores e consumidores? Como é possível chegar-se a este ponto? Como parecem distantes os tempos em que Portugal crescia acima da média europeia, se desenvolvia e criava emprego, e os portugueses eram respeitados. Longe vão os tempos da Expo 98, da adesão à moeda única e até do Euro 2004!

A situação do país é muito grave. Portugal afastou-se dos parâmetros de desenvolvimento e de qualidade de vida da União Europeia. O desemprego atingiu níveis nunca vistos. A educação degradou-se. Os recursos humanos não se qualificaram. A produtividade não melhorou. Perderam-se fundos europeus e oportunidades de investimento. A economia portuguesa é hoje menos competitiva do que era há cinco anos.

Os portugueses sabem que a situação é grave e que Portugal precisa de um projecto de mudança. De um novo rumo e de uma liderança forte, competente e credível, que seja capaz de a todos inculcar a ambição de melhorar Portugal. De a todos mobilizar para uma nova estratégia que aposte na inovação, no conhecimento e nas novas tecnologias, para melhorar os serviços públicos de educação, saúde e justiça e desenvolver as novas políticas do ambiente e da defesa do consumidor. "Portugal tem de ter a ambição de convergir economicamente com a Europa, mas também de melhorar a qualidade de vida dos portugueses", como afirmou o eng. José Sócrates.

Os portugueses também sabem que, para se realizarem as transformações essenciais de que o país carece, é preciso estabilidade governativa. Ou seja, uma maioria e um Governo forte e coeso. O que só o PS tem condições de proporcionar.

É preciso acreditar para mudar. A crise de confiança é o mais grave problema nacional. Temos de alterar esta situação, pois só com o envolvimento e participação dos portugueses, com o seu apoio activo e entusiástico, é possível construirmos uma sociedade competitiva e de bem-estar, alicerçada no trabalho, na qualidade e no mérito. Os custos sociais da mediocridade, da falta de disciplina e de rigor são insuportáveis. É a hora, como diria o poeta, de cada um assumir as suas responsabilidades e fazer as suas escolhas.

Nas próximas eleições, os portugueses têm de dizer, claramente, se querem continuar com o dr. Santana Lopes, que já deu provas de não estar à altura das responsabilidades de primeiro-ministro, ou se preferem o eng. José Sócrates, que foi um excelente ministro, que mostrou firmeza e capacidade de decisão, combateu os interesses instalados e tem um projecto de futuro. Eu confio nas mulheres e nos homens do meu país.

Boas Festas e Óptimo 2005

Opinião

SÓCRATES ELEGE ABSTENÇÃO COMO PRINCIPAL ADVERSÁRIO



O secretário-geral do PS, José Sócrates, apontou a abstenção como o principal adversário dos socialistas nas próximas eleições legislativas, sustentando que só há uma forma de a combater: "Centrar a mensagem na resposta aos problemas dos portugueses".

Falando no dia 16 no início do jantar de Natal do Grupo Parlamentar do PS, José Sócrates alertou os deputados socialistas sobre a necessidade de se encerrar a próxima campanha eleitoral "sem triunfalismo" e "sem arrogância", porque "em democracia não há certezas de vitória".

"O nosso objectivo central na campanha eleitoral é recuperar a confiança dos portugueses, sobretudo dos cidadãos desiludidos com a política, após tantas promessas que não foram cumpridas", disse.

José Sócrates acusou ainda "os partidos da velha maioria de andarem a dar um espectáculo nos últimos dias discutindo a forma de perderem o mínimo de votos possível".

"O Presidente da República já dissolveu a Assembleia da República há 15 dias, e o PSD e CDS ainda andam neste folhetim", frisou, explicando que esta estratégia de Portas e Santana tem um objectivo.

"Enquanto discutem o que fazer em caso de derrota, eles querem evitar que sejam julgados por terem criado 500 mil desempregados, por terem gerado a recessão económica no país e por terem formado governos completamente descoordenados. Mas o PS não permitirá que eles escapem a esse julgamento", declarou o secretário-geral do PS.

Na sua intervenção, José Sócrates elogiou ainda o trabalho dos dois líderes parlamentares do PS durante esta legislatura: António Costa e António José Seguro.

"As nossas lideranças parlamentares do PS estiveram sempre à altura das circunstâncias exerceram os seus mandatos com competências", sublinhou.

Sócrates prometeu ainda que o PS "fará uma campanha eleitoral para dignificar a democracia, centrando a discussão nos problemas dos portugueses".

Durão deixou um "Governo morto" a Santana

O presidente do PS, Almeida Santos, acusou o ex-primeiro-ministro Durão Barroso de ter deixado um "Governo

morto" a Santana Lopes, ao demitir-se para presidir à Comissão Europeia.

"Este Governo nasceu morto. Não teve um dia de estado de graça. O único que me lembro de ter um só dia de estado de graça foi o V Governo provisório, de Vasco Gonçalves, e este nem um dia teve", afirmou Almeida Santos, na intervenção que encerrou o jantar de Natal do GP/PS.

"E quem deixou o Governo morto foi o anterior primeiro-ministro", acusou, acrescentando que Pedro Santana Lopes nunca conseguiu "reanimar" o Executivo.

Almeida Santos salientou também a importância de o PS ganhar as eleições legislativas antecipadas, devido à situação em que o país se encontra em termos de desemprego, de pobreza e de défice orçamental.

"Estas não são eleições iguais às outras. São decisivas. Ou endireitamos agora a vara torta ou a vara ficará torta para sempre", disse.

Durante o seu discurso, o presidente do PS defendeu ainda que, ao longo da campanha, os socialistas façam passar a mensagem de que PSD e PP não poderão fazer um governo melhor do que o actual.

ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

COMISSÃO PERMANENTE COM REUNIÃO MARCADA PARA JANEIRO

A Comissão Permanente da Assembleia da República estará em funções enquanto o Parlamento estiver dissolvido e poderá continuar a acompanhar a actividade do Governo e da Administração.

De salientar que a Comissão Permanente tem reunião ordinária marcada para Janeiro, mas, se o presidente do Parlamento, Mota Amaral, o entender, poderá reunir-se antes. A Comissão Permanente é presidida pelo

presidente da Assembleia da República e composta pelos vice-presidentes e por deputados indicados por todos os partidos, de acordo com a sua representatividade.

Entre as competências da Comissão Permanente contam-se, segundo o regimento da Assembleia da República, o acompanhamento da actividade do Governo e da Administração, o exercício

dos poderes da Assembleia relativamente ao mandato dos deputados e a preparação da abertura da nova legislatura.

De acordo com a Constituição da República Portuguesa, a dissolução do Parlamento "não prejudica a subsistência do mandato dos Deputados, nem da competência da Comissão Permanente, até à primeira reunião da Assembleia após as subsequentes eleições".

ELEIÇÕES ANTECIPADAS

PS EM SINTONIA COM O PRESIDENTE SAMPAIO

O PS manifestou a sua concordância com a decisão do Presidente da República de dissolver o Parlamento e convocar eleições.

Falando à saída da audiência com Jorge Sampaio no Palácio de Belém, o secretário-geral do PS, José Sócrates, referiu que o actual Governo ao longo de quatro meses "não esteve à altura de assegurar a estabilidade política, estava a impedir a recuperação económica e a contribuir para a degradação da vida política".



Para José Sócrates, que se encontrava acompanhado por Almeida Santos e Pedro Silva Pereira e António José Seguro, o Governo da República que entra agora em gestão "deve abster-se de qualquer acto que vá para além da sua actividade administrativa". E disse esperar "que o país seja poupado a um Governo que entre em campanha eleitoral", acrescentando que "as nomeações súbitas" feitas pelo Executivo "não são um bom sinal". Por outro lado, o líder do PS afirmou

indignado que "já basta de insultos ao Presidente da República" pelas decisões que tomou, já que "são decisões democráticas".

"É necessário um mínimo de composição democrática", disse, considerando que "não é aceitável baixar o nível e acusar o Presidente de ser um tirano e um caudilho".

Sócrates informou que tinha proposto o dia 13 de Fevereiro para a realização de eleições antecipadas, "de forma a termos um Governo o mais rápido possível".

COMISSÃO POLÍTICA APROVA LISTAS DE DEPUTADOS A 5 DE JANEIRO

A Comissão Política do PS vai reunir-se no dia 5 de Janeiro para aprovar as listas de candidatos a deputados nas legislativas de 20 de Fevereiro.

O anúncio foi feito pelo eurodeputado socialista Capoulas Santos, que foi designado pelo Secretariado Nacional do PS para coordenar o processo de escolha dos candidatos a deputados do partido nas próximas eleições legislativas.

Segundo Capoulas Santos, a Comissão Política Nacional do PS "terá obrigatoriamente de ratificar as listas de deputados do partido até 6 de Janeiro, quatro dias antes do final do prazo para a entrega das listas no Tribunal Constitucional", indicou.

Entretanto, Capoulas Santos reuniu-se no passado dia 13 com os presidentes das federações do PS para lhes apresentar uma proposta de calendário para a escolha dos deputados, bem como alguns critérios básicos que norteiam todo o processo, encontro em que também esteve presente o director operacional da campanha socialista, Jorge Coelho.

"Destá vez, não haverá o jogo do empurra entre as federações e o secretário-geral do PS. As listas de deputados serão construídas em permanente diálogo entre a direcção nacional e as federações do partido", declarou.



Capoulas Santos referiu ainda que o PS terá entre os seus candidatos a deputados uma percentagem mínima de 33 por cento de mulheres, no cumprimento aliás de uma imposição estatutária.

Segundo os estatutos do PS, cabe ao secretário-geral do partido designar 30 por cento do total de candidatos a deputados socialistas, cabendo a escolha dos restantes 70 por cento às federações.

As escolhas que o partido vier a fazer não terá a ver com os resultados saídos do Congresso, pois segundo Capoulas Santos essa lógica está ultrapassada, sendo o critério da "qualidade" aquele

que presidirá à elaboração das listas de candidatos a deputados.

De referir ainda que o processo ao nível distrital deverá ficar concluído a 3 de Janeiro, dia em que se reúnem as comissões políticas das federações.

Açores: lista de candidatos aprovada

Entretanto, reuniu-se a Comissão Regional do PS/Açores que aprovou, sob proposta do líder socialista, Carlos César, a lista de candidatos às eleições legislativas antecipadas de 20 de Fevereiro, cujo primeiro nome é o do ex-secretário regional da Agricultura e

Pescas, Ricardo Rodrigues.

A Comissão aprovou igualmente "um voto de louvor à acção" de Medeiros Ferreira que exerceu as funções de deputado na Assembleia da República desde as eleições legislativas nacionais de 1995 e que "cessa funções a seu pedido".

Na reunião realizada em Ponta Delgada, os socialistas açorianos criticaram, por outro lado, os três deputados do PSD/Açores na Assembleia da República, Mota Amaral, Victor Cruz e Joaquim Ponte, por "terem votado contra as propostas do PS nacional de alteração do Orçamento de Estado, com vista ao Governo da República pagar as suas dívidas".

A composição da lista proposta pelo PS/Açores para o correspondente círculo eleitoral é a seguinte: Ricardo Rodrigues – advogado; Luís Fagundes Duarte – professor universitário; Renato Leal – docente; Sónia Borges de Sousa – empresária; Maria de Jesus Feliciano Oliveira – licenciada em Serviço Social; Vera Mónica Teixeira Bettencourt – licenciada em Físico-Química; Ana Paula Tavares Bettencourt – licenciada em Português-Inglês; Ana Cristina Gago da Câmara – licenciada em Engenharia do Ambiente; Alice Correia da Rocha – engenheira zootécnica; Eduína Maria Ornelas Borges – licenciada

SOCIALISTAS APROVAM "COMPROMISSO AÇORIANO PARA A LEGISLATURA NACIONAL"

O PS/Açores aprovou um documento com várias "reivindicações" e "matérias" que os socialistas da região autónoma querem ver implementadas e tratadas pelo futuro Governo do PS em Portugal.

Segundo Renato Leal, entre os pontos principais do "Compromisso Açoriano para a Legislatura Nacional" figura a transferência para a região de 140 milhões de euros, resultante de receitas fiscais em dívida.

Renato Leal falava numa conferência de imprensa para apresentação das conclusões da reunião da Comissão Regional do PS/Açores, o órgão máximo do partido nas ilhas entre congressos, que esteve reunido em Ponta Delgada.

O dirigente do PS/Açores adiantou que o documento inclui, ainda, "um conjunto de outras matérias", como "o reforço da autonomia, a revisão da Lei de Finanças Regionais e financiamento da Segurança Social".

"Tratam-se de questões que naturalmente encontrarão o melhor acolhimento por parte de um futuro Governo da República do PS", referiu Renato Leal.



MOBILIZADOS P



PARA A VITÓRIA



SOARES – 80 ANOS

CONFIANÇA NAS NOVAS GERAÇÕES

Volvidos 30 anos sobre a revolução “de sucesso” que foi o 25 de Abril, o “país vai mal” e encontra-se num estado “pessimista, confuso e talvez mesmo bloqueado”, afirmou Mário Soares.

Ao falar, no dia 7, no final do jantar comemorativo dos seus 80 anos, evento que reuniu mais de 2000 pessoas no Centro de Congressos de Lisboa, Mário Soares referiu que a União Europeia continua a ser “a única âncora de Portugal” e advertiu que seria “injusto responsabilizar pelos males da pátria exclusivamente os políticos e a política”.

“Temos de fazer um acto de contrição colectivo. Não para nos flagelarmos, mas para separarmos o trigo do joio, os corruptos dos não corruptos, os que prestam serviço ao Estado e os que se servem do exercício de funções no Estado para fins próprios”, disse.

Referindo que “estamos a viver um mau momento em Portugal, na Europa e no Mundo”, o fundador do PS sublinhou no entanto que “só é vencido quem desiste de lutar”.

“Costumo dizer que as gerações são como as colheitas, que há boas e más.



Tenhamos confiança nas gerações mais novas e tenhamos esperança nas próximas safras”, declarou.

Mário Soares afirmou ainda que “as circunstâncias da vida” o empurraram para a política, mas sublinhou que a política

foi “sempre um caminho muito redutor”.

“Agora basta, não haverá mais política

activa nem exercício de cargos políticos”, declarou.

O antigo chefe de Estado terminou a sua intervenção, frequentemente interrompida pelos aplausos, com um apelo aos portugueses: “Não há razões para cairmos no pessimismo. Façamos frente com coragem ao mau tempo e construamos dias melhores para os portugueses”.

Na mesa de honra do jantar de aniversário de Mário Soares sentaram-se os ex-primeiros-ministros António Guterres e Pinto Balsemão, o seu adversário na corrida às Presidenciais de 1985, Freitas do Amaral, o ex-ministro Vasco Vieira de Almeida, o secretário-geral do PS, José Sócrates, o pintor Júlio Pomar, o seu filho João Soares e a sua mulher Maria de Jesus Barroso.

Depois dos presentes terem cantado em coro os parabéns ao ex-Presidente da República e de ter sido projectado um curto filme sobre a sua intensa vida, Soares subiu à tribuna para agradecer a homenagem e receber como presente de aniversário um quadro de Júlio Pomar.

OS HOMENS DAS SONDAGENS

Paulo Portas e Santana Lopes são especialistas em sondagens. O primeiro fundou uma empresa para as fazer na Universidade Moderna e o segundo sucedeu-lhe à frente do centro de Sondagens da mesma Universidade.

É, aliás, de modo absolutamente explícito que ambos fundam na leitura de sondagens eleitorais a decisão de desfazer a coligação pré-eleitoral insinuada em almoços e jantares a dois. Segundo as fontes que escorrem para os jornais, deram-se conta de que perderiam 4 por cento de votos se concorressem em conjunto. E, para as bandas da direita, o tempo não está para esbanjar votos...

Na patética conferência de imprensa em que declararam ao país que iam separadamente juntos a eleições, porque apresentariam listas próprias mas declaravam já que só formariam governo, se tal hipótese se colocasse, em conjunto, confessaram as suas intenções. Afinal, apenas fazem de conta que concorrem separados, porque já todos sabem que estão comprometidos reciprocamente.

Mas Paulo Portas, em entrevista, foi mais explícito. Segundo o seu raciocínio, o agora parlamentarista, até aqui adepto do sistema eleitoral maioritário e até do presidencialismo de primeiro-ministro, acha que o PS ganhando as eleições, mas tendo o PSD e o PP mais um deputado juntos que o PS sozinho devem ser chamados a governar. Assim ficámos a saber que, pelas suas contas, nem com os 4por cento a mais, Portas acha que Santana possa ganhar as eleições. E que a raposa eleitoral quer ganhar perdendo, na esperança de que o PS não tenha maioria absoluta e a direita volte a gozar da complacência do PCP e do BE.

Como já disse José Sócrates, a direita já interiorizou a sua derrota. Portas deixou escapar a falta de confiança em Santana para ganhar eleições. Mas os socialistas têm que dar tudo por tudo para que a direita não tente ganhar perdendo e para isso precisa de explicar aos portugueses que se o PS não tiver 116 deputados, o Dr. Portas ainda sonha voltar a governá-los.

Temos no PS, todos, o dever cívico de não deixar que tal pesadelo se concretize. O que conseguiremos defendendo a nossa matriz de centro-esquerda e defendendo alternativas enérgicas para o país. Porque as sondagens, por muito boas que sejam, não são votos. E o país precisa que as contas saiam furadas aos amigos do Dr. Portas.



PAULO PEDROSO

Opinião

SERVIÇO NACIONAL DE SAÚDE

ANTÓNIO ARNAUT DEFENDE PACTO DE REGIME

António Arnaut, conhecido como “o pai” do Serviço Nacional de Saúde (SNS), defendeu a criação de um pacto de regime político-partidário que confira estabilidade a este sector vital.

Durante a conferência comemorativa dos 25 anos do SNS, promovida pela Associação Portuguesa de Administradores Hospitalares, Arnaut apelou aos líderes do PS e do PSD para dialogarem dialogar no sentido de se estabelecer um acordo nesta matéria. Celebrado “sob a égide do provedor de Justiça”, o pacto teria um prazo de vigência de quatro anos, durante os quais socialistas e sociais-democratas assumiriam o compromisso de não realizar “mudanças estruturais”, sem que as experiências anteriores ao seu mandato pudessem ser implementadas e testadas no terreno.

Findo este período, a Entidade Reguladora de Saúde, cujo responsável deve ser nomeado pelo Presidente da República, avaliaria os resultados, para depois “agir em conformidade”.

A proposta de António Arnaut visa controlar iniciativas como a dos hospitais SA que, na sua opinião, “não são uma experiência, mas uma tentativa de implementar a empresarialização do sistema”, propósito este que, afirmou, “é urgente combater”. Falando do “percurso acidentado do SNS”, que “tem estado ao sabor dos caprichos dos sucessivos ministros”, o ex-ministro dos Assuntos Sociais que em 1979 implementou o serviço, aconselhou Sócrates e Santana a se sentarem à mesa de negociações “antes ou após as eleições”.



No final do encontro que decorreu em Lisboa, a deputada socialista Maria de Belém criticou a tendência para ver na gestão privada a solução para os problemas do Serviço Nacional de Saúde.

A ex-ministra do PS considera “inadequada” a pretensão de “importar” para Portugal o modelo dos hospitais-empresa pelo Estado, por se tratar de uma “forma de organização do sector privado”. Maria de Belém explicou que o modelo dos hospitais SA segue “formas de organização do sector privado”, cujos objectivos “são legítimos” — “privilegiam

o lucro financeiro e a gestão” —, mas que são diferentes dos objectivos de “bem comum” que o SNS deve procurar.

“Não são só os privados que são eficientes, o sector público também o pode ser”, reiterou a parlamentar socialista, para de seguida criticar a ausência de uma política de recursos humanos na saúde, afirmando ainda que as reformas postas no terreno pela direita “agravaram” os problemas do SNS, uma vez que resultaram em desarticulação entre os vários níveis de cuidados de saúde e em promiscuidade de vínculos laborais.

PS/PORTO

MAIORIA ABSOLUTA ESTÁ AO NOSSO ALCANCE

Carlos Lage acredita que a maioria absoluta está ao alcance do PS nas próximas legislativas e aponta como "sinal de fraqueza" do adversário o apelo lançado por Santana Lopes ao PP no sentido de proceder a uma nova coligação de direita com o PSD.

Numa reunião promovida pela federação portuense do PS, em que juntou a sua voz às de Francisco Assis e Narciso Miranda, Lage sublinhou o "bom clima" que se vive actualmente naquela estrutura distrital.

O membro do secretariado nacional considerou que, no distrito portuense, o PSD também está enfraquecido, acrescentando que a eventual recandidatura de Rui Rio à presidência da câmara "não constitui ameaça para o PS", uma vez que "não conseguiu conquistar a cidade nem dar a imagem de um líder regional" e, rematou, "ao ligar o seu destino ao de Pedro Santana Lopes deu mais um passo para o abismo".

Já o presidente do PS/Porto, perante largas dezenas de militantes socialistas, afirmou que os líderes laranja locais terão enorme dificuldade em descolar as respectivas imagens da falta de responsabilidade do primeiro ministro, declarando convicto: "os socialistas estão em condições de ganhar amplamente a próxima batalha eleitoral". Demonstrando a consolidação da unidade interna na Federação socialista do Porto, Narciso Miranda deixou expressa a convergência em torno das ideias avançadas por Francisco Assis, nomeadamente na preparação do manifesto distrital a incluir no programa eleitoral do partido e para o qual o PS/Porto convocará personalidades do distrito, dentro do espírito do Fórum "Novas Fronteiras".

Nesse sentido, Francisco Assis salientou



o objectivo estratégico de "criar, quer a nível distrital, quer a nível concelhio, plataformas de abertura à sociedade", para, dessa forma, garantir o envolvimento e a participação de pessoas não militantes do PS mas disponíveis para trabalhar neste processo.

Reunidos todos os contributos, os socialistas portuenses promoverão, na Invicta, uma convenção nacional sobre Ambiente e Qualidade de Vida, a ter lugar a 8 de Janeiro, e, uma semana mais tarde (dia 16), a estrutura federativa organizará um debate alargado sobre as propostas do manifesto distrital.

Opinião

VENDA DE PATRIMÓNIO O ÚLTIMO NÚMERO DE CIRCO FALHADO

O discurso da "tanga" manteve todas as despesas rígidas e ineficientes da Administração Pública, mas travou o investimento público, criou ansiedade nas famílias e incertezas nas empresas.



EDUARDO CABRITA

A derrocada da estratégia de malabarismo orçamental, com a reprovação pelo Eurostat da operação de "cedência de exploração" de 65 edifícios públicos, coloca o próximo Governo perante uma situação extremamente complexa no início do mandato e representa a derrota de três anos de obsessão orçamental.

O défice sem receitas extraordinárias em 2004 é superior a 5 por cento, como já acontecera em 2003, e prova a inutilidade do caminho da recessão económica que agravou a vida dos portugueses sem resolver o problema orçamental.

O discurso da "tanga" manteve todas as despesas rígidas e ineficientes da Administração Pública, mas travou o investimento público, criou ansiedade nas famílias e incertezas nas empresas. O resultado ultrapassa as expectativas mais negras. Entre Abril de 2002 e Setembro de 2004, o PIB caiu em sete dos nove trimestres da inteira responsabilidade do actual Governo nas versões Barroso e Lopes. A consolidação orçamental foi ao longo de três anos um jogo de habilidades a terminar na tragédia da alienação do património.

É bom recordar em tempo de balanço e eleições:

- Antecipação de 30 anos de portagens da CRIL;
- Perdão fiscal em 2002;
- Venda de créditos fiscais ao Citigroup em 2003;
- Transferência para a Caixa Geral de Aposentações dos Fundos de Pensões dos CTT, parte da CGD, ANA, NAV e INCM.

O desespero que rodeou nas últimas semanas a operação de alienação de património ocupado pelos serviços públicos põe a nu três anos de tempo perdido, com a suprema ironia de Santana Lopes e Bagão Félix acabarem o ano desacreditados pela administração da CGD que acabaram de nomear, envergonhados perante a Comissão Europeia de Durão Barroso que lhes cedeu o lugar e sujeitos à supervisão de Vítor Constâncio tantas vezes invocado no início do pesadelo Barroso/Lopes/Portas.

Se, como disse o conhecido empresário Filipe de Boton, este Governo só faz números de circo, pode-se dizer que o equilibrista acabou por se estatelar na pista.

METRO DO MONDEGO

SOCIALISTAS DE COIMBRA DENUNCIAM DISCRIMINAÇÃO DA LOUSÃ

O Governo demissionário PSD/PP discrimina descaradamente o concelho da Lousã ao pretender suprimir o troço entre esta vila e Serpins do projecto da rede do metro ligeiro de superfície, a criar na região do Mondego.

A denúncia foi feita pelo PS de Coimbra, cujo líder, Victor Baptista, acusou o Executivo de direita de "subverter a origem e a causa da implementação do metro de superfície" com esta iniciativa, numa atitude "autista" e de "clara discriminação negativa".

Na sede do PS conimbricense, onde se reuniram também o antigo presidente da Câmara da Lousã, Horácio Antunes, e o vereador da autarquia de Miranda do



Corvo, Jorge Cosme, o líder federativo manifestou-se convicto de que se a autarquia em causa fosse liderada por sociais-democratas, "garantidamente o Governo assumiria uma outra atitude mais compreensiva e tolerante".

"Ao pretender retirar um troço sem qualquer explicação, configura-se a possibilidade de estarmos em presença de desvio de recursos financeiros, que deveriam ser aplicados no concelho da Lousã, para as alterações ao projecto no concelho de Coimbra (PSD)", frisou Victor Baptista.

Por sua vez, o edil da Lousã, Fernando Carvalho, lembrou que é necessário o parecer favorável dos três municípios

implicados no projecto, para proceder a alterações de este tipo, avisando que jamais dará o seu acordo a tal projecto. O autarca socialista disse ainda que, numa reunião realizada em Serpins, a população local expressou um sentimento de revolta face à discriminação do Governo e mostrou-se disponível para "qualquer forma de luta".

Recorde-se que o projecto do metro ligeiro de superfície está estimado em cerca de 250 milhões de euros e abrange os concelhos de Coimbra, Miranda do Corvo e Lousã, circulando no actual ramal ferroviário que liga Coimbra a Serpins.

ÉVORA

MUNICÍPIO APOSTA EM ESTACIONAMENTO FORA DO CENTRO HISTÓRICO

A Câmara Municipal de Évora vai implantar uma cultura de estacionamento para descongestionar a cidade. Com esse objectivo serão construídos novos parques com capacidade para mais de 1500 veículos fora das muralhas.

A estratégia foi avançada pelo edil do PS José Ernesto, durante um debate sobre as questões da mobilidade e estacionamento sustentável na cidade que é, há 18 anos, Património Mundial da UNESCO.

"Diariamente entram mais de 35 mil veículos em Évora, onde disputam menos de três mil lugares de estacionamento", declarou o edil, defendendo a necessidade de serem encontradas as melhores soluções para enfrentar essa incompatibilidade.

O autarca adiantou que está projectado um parque de estacionamento para o Rossio de S. Brás, fora das muralhas, com capacidade para um milhar de lugares, quer à superfície, quer

subterrâneos.

Além de um parque de estacionamento junto à rotunda das Portas de Avis, inserido no programa de requalificação urbana Polis, o município vai arrancar com a construção de um outro parque próximo da Escola Secundária André de Gouveia, num total de mais de 500 lugares.

Em simultâneo com o estacionamento na periferia, José Ernesto garante uma aposta nos transportes públicos entre os parques extramuros e o centro histórico, através de mini-autocarros que percorrem a chamada "Linha Azul".

Para uma área da cidade com cerca de cem hectares, a autarquia privilegiará o trânsito e estacionamento para os moradores, transportes de utilidade pública e cargas e descargas. Uma aposta que se insere também na política camarária de vivificar o centro histórico, que perdeu mais de metade da sua população nas últimas duas décadas.



... E aprova orçamento de 60 milhões de euros

Entretanto, a maioria socialista da Câmara Municipal de Évora aprovou as Grandes Opções do Plano (GOP) e do Orçamento para 2005, no valor de 60 milhões de euros.

Os documentos apontam para uma "postura de rigor, mas também de recuperação gradual das dificuldades financeiras que atravessa".

A revisão do Plano Director Municipal e do Plano de Urbanização de Évora, a construção das bibliotecas pública e municipal e do arquivo distrital são alguns dos projectos que integram as GOP para o próximo ano, que também prevê a criação de um parque de feiras e exposições e a primeira parte de um complexo desportivo, com pista de atletismo, assim como a expansão do parque industrial e tecnológico e o desenvolvimento do Aeródromo de Évora.

SETÚBAL

RECUPERAR A AUTARQUIA SERÁ TAREFA DE CATARINO COSTA

O vereador socialista na Câmara Municipal de Setúbal, Luís Catarino Costa, é o candidato do PS à presidência da autarquia sadina, nas próximas eleições autárquicas.

A decisão foi tomada na Comissão Política Concelhia de Setúbal do PS, reunida para discutir a estratégia do partido para as próximas eleições autárquicas.

Em declarações aos jornalistas, Maria Amélia Antunes, presidente da Federação de Setúbal do PS, sublinhou o facto de a escolha de Catarino Costa ter resultado de "uma eleição democrática".

Segundo a dirigente socialista, "os militantes entenderam que Catarino Costa é o homem que melhor pode fazer frente à actual maioria comunista, que gere o município de Setúbal".

Para Maria Amélia Antunes, o candidato do PS por Setúbal "terá como principal objectivo recuperar a câmara", perdida em 2001 para a CDU.

LISBOA

SOCIALISTAS CHUMBAM "PÉSSIMO" ORÇAMENTO CAMARÁRIO PARA 2005

Os deputados do PS na Assembleia Municipal de Lisboa chumbaram o Orçamento camarário bem como o Plano de Actividades para 2005.

Justificando a posição do PS, Dias Baptista declarou que a gestão municipal PSD/PP apresentou "um péssimo orçamento".

Para além do "despesismo" presente no documento, é irrealista a forma como o executivo lisboeta pretende gerar a receita autárquica e deficitário o investimento na requalificação urbana.

Com a restante oposição a secundar as posições socialistas, o orçamento foi reprovado na Assembleia Municipal, o que faz com que a capital seja gerida no próximo ano com recurso ao método dos duodécimos.

Grande parte das críticas ao plano e ao orçamento apresentado pela direita fundaram-se nas dívidas atingidas nesta gestão encetada por Santana Lopes e continuada por Carmona Rodrigues, calculadas em mais 185 milhões de euros.

ALCOBAÇA

DANIEL ADRIÃO É CANDIDATO SOCIALISTA À CÂMARA

O líder dos socialistas de Alcobaca, Daniel Adrião, é o candidato escolhido para disputar a presidência da câmara. A decisão foi tomada pela Comissão Política local, onde o seu nome foi votado por maioria (20 votos num total de 29).

Na sua apresentação oficial, Daniel Adrião criticou severamente "o modelo de desenvolvimento que tem vindo a ser implementado pelo PSD de Alcobaca nestes últimos sete anos".

Para o candidato socialista, a presente gestão autárquica só se preocupa em fazer "obras de cosmética e de fachada que

assentam apenas em infra-estruturas físicas".

"Os problemas estruturais de Alcobaca precisam de ser resolvidos", afirmou, enumerando o que considera mais preocupante: "Somos um concelho envelhecido, que não consegue fixar população, com pouco emprego, com indústria em crise, o comércio a definharem e a actividade económica a abrandar".

Face a este quadro, Daniel Adrião propõe uma política autárquica que tenha em conta o objectivo de atrair o investimento privado, de forma a criar



riqueza no concelho.

"É que o investimento público só é útil se for reprodutivo, se atrair o investimento privado, o que não acontece em Alcobaca", sublinhou, lembrando de seguida que o seu concelho tem, progressivamente, perdido a liderança em termos económicos para Leiria e Caldas da Rainha.

VILA NOVA DE FOZ CÔA

PS LANÇA CANDIDATURA DE EMÍLIO MESQUITA

A Concelhia socialista de Vila Nova de Foz Côa apresentou Emilio Mesquita como candidato do PS à presidência da respectiva Câmara Municipal nas autárquicas de 2005, durante um jantar que contou com presença da dirigente nacional e eurodeputada Edite Estrela.

Em conversa com o "Acção Socialista", o camarada Emilio Mesquita falou das razões que o levaram a aceitar de novo o desafio de liderar o projecto socialista para Foz Côa. "Perante um fortíssimo e consensual apelo de militantes, simpatizantes e dirigentes do PS e não só, foi impossível dizer que não", revelou, recordando de seguida partilhar do sentimento de decepção dos

fozcoenses ao verem "um município estagnado, cada vez mais desertificado e onde reina a divisão".

Por isso, declarou, "proponho-me trabalhar pela dinamização e coesão social do concelho, chamando a juventude para trabalhar connosco na resolução dos problemas dos municípios em geral e debater as questões próprias da sua faixa etária".

"Também queremos fazer mais e melhor pelos idosos", assegurou o candidato do PS à autarquia de Foz Côa, que propõem a criação dum Conselho de Opinião que sensibilize a comunidade para as questões específicas da terceira idade.

Relativamente à estratégia socialista para o

desenvolvimento do município, Emilio Mesquita assegurou que se for eleito presidente da câmara, "estará garantida uma aposta no turismo", embora não esqueça que "mais pode ser feito noutros sectores, nomeadamente, o incentivo ao comércio e à indústria locais".

"É preciso atrair investimentos para Foz Côa", afirmou, defendendo a implementação de uma "agência de investimento" para a autarquia.

As questões do urbanismo merecerão também a atenção do candidato socialista, embora este reconheça que esta "é uma tarefa muito difícil" pelos vícios e os clientelismos instalados na localidade.

REFERENDO EUROPEU

PS QUER REVER A CONSTITUIÇÃO PARA EVITAR NOVO "CHUMBO"



O Partido Socialista quer uma revisão constitucional para evitar o risco de um novo "chumbo" da pergunta do referendo sobre o Tratado que institui uma Constituição europeia, afirmou José Sócrates.

"Esta vez vai haver referendo", afirmou, acrescentando que já no passado se

prometeu um referendo e não se fez. "Agora já não podemos correr o risco de um novo "chumbo", disse durante uma acção de pré-campanha no Porto.

O Tribunal Constitucional considerou inconstitucional a pergunta aprovada pela Assembleia da República sobre o referendo ao Tratado Constitucional, o

que levou o PSD e o PS a decidirem abrir na próxima legislatura um processo de revisão constitucional extraordinário. Os dois maiores partidos pretendem alterar o artigo da Constituição que impede a aprovação de tratados internacionais através de consultas populares.

INCÊNDIOS DE VERÃO E DESENVOLVIMENTO RURAL

PORTUGAL EM RISCO DE PERDER MILHÕES DE EUROS DA UE

Portugal deixou várias centenas de milhões de euros por utilizar ao abrigo das verbas destinadas para o desenvolvimento rural e para a reparação das áreas sinistradas pelos incêndios que afectaram vastas regiões do país no passado Verão, revelou a comissária responsável pela Agricultura e Desenvolvimento Rural, Marian Boel, em resposta a uma carta assinada pelos eurodeputados António Costa, Capoulas Santos, Jamila Madeira e Paulo Casaca.

A comissária passou em revista a totalidade das verbas que Portugal tem disponível para fazer face à recuperação das áreas sinistradas pelos incêndios e confirmou não ter recebido, em 2004, qualquer pedido de auxílio do nosso país para aquele efeito.

Segundo afirma a comissária, não foram utilizados por Portugal 187 milhões de euros relativos ao total da verba disponível para os Programas de Desenvolvimento Rural para o período 2000-2006. "Este montante tem em consideração as

despesas efectuadas para o período 2000-2003 e as previsões apresentadas por Portugal à Comissão para os exercícios seguintes", esclareceu Marion Boel, referindo que o montante irrecuperável poderá ainda ser substancialmente maior do que este.

A comissária informou ainda que, da parte da União, houve um reforço de instrumentos como o FEOGA-Orientação em 57 milhões de euros, só para "fazer face aos danos causados pelos incêndios e para reforçar as medidas de prevenção e de revitalização.

A comissária mencionou igualmente a atribuição a Portugal de 48,5 milhões de euros provenientes do Fundo de Solidariedade da União (em 2003), lembrando que "a subvenção deve ser utilizada no prazo de um ano e que o Estado-membro beneficiário deve reembolsar a parte da subvenção que eventualmente não tenha utilizado nesse prazo", o qual expirou no passado dia 2 de Dezembro.

Neste contexto, Marion Boel afirmou que os serviços da Comissão ainda aguardam um relatório das autoridades portuguesas sobre "medidas de prevenção decididas e previstas a fim de limitar os prejuízos e evitar, tanto quanto possível, a repetição de catástrofes semelhantes".

Por toda esta situação, os deputados socialistas portugueses manifestam a sua preocupação pelo facto do país poder vir a perder grande parte dos 48,5 milhões de euros relativos ao Fundo de Solidariedade (por não os ter utilizados) e pelo facto de estarem já totalmente perdidos quase 200 milhões de euros de fundos que poderiam e deveriam ter sido utilizados na recuperação das áreas atingidas pelos incêndios de 2003 e 2004.

Os eurodeputados do PS salientam a urgente necessidade de ser dada a máxima prioridade à reabilitação e ao desenvolvimento das áreas do país que foram directamente afectadas por estas catástrofes naturais.

ANTÓNIO COSTA ALERTA

MERCADO TÊXTIL NACIONAL DEVE DEFENDER-SE CONTRA EFEITOS NEGATIVOS DA LIBERALIZAÇÃO

Portugal tem de estar preparado para enfrentar uma eventual invasão de produtos chineses no mercado têxtil nacional, a partir de 2005, por ser este cenário com a entrada da China na Organização Mundial do Comércio (OMC).

O alerta de António Costa foi deixado à Comunicação Social, no final de um dia de visita pelos concelhos de Fomalhão e Fafe, dois dos municípios que serão potencialmente atingidos pelo impacto negativo da abertura dos mercados.

O eurodeputado socialista afirmou que o PS se compromete desde já a permanecer "atento", admitindo que, enquanto Governo e caso seja necessário, o partido possa "implementar as medidas que a Organização Mundial do Comércio consagra para situações que considera como graves".

Lembrando que os Estados Unidos da América já accionaram estratégias de defesa e que a União Europeia terá de as aplicar a todo momento, António Costa considerou ser essencial para o nosso país que se tenham "os mecanismos montados para reagir".

Acompanhado pela eurodeputada Ana Gomes, o presidente da delegação socialista no Parlamento Europeu encontrou-se com comerciantes, empresários, agentes educativos e militantes socialistas da região do Vale do Ave, auscultando a inconformidade dos patrões do têxtil pela crescente valorização do euro face ao dólar e às outras moedas indexadas à norte-americana, como é o caso da chinesa.

A preocupação reside com a dificuldade de se conseguir bons índices de competitividade, ao nível dos preços, uma vez que a China é conhecida por ser um país com custos de produção baixíssimos.

Assim, as consequências sociais da abertura do mercado comunitário aos produtos chineses poderá ser um aumento do desemprego numa região cuja indústria têxtil é a principal fonte geradora de emprego.

ADESÃO DA TURQUIA

SOCIALISTAS PORTUGUESES VOTARAM A FAVOR DA ABERTURA DAS NEGOCIAÇÕES

Os eurodeputados do PS votaram no Parlamento Europeu uma resolução que recomendou a abertura das negociações para a adesão da Turquia à União Europeia. Poucos dias antes da decisão dos chefes de Estado e de Governo da União, o Parlamento Europeu sublinhou o facto da Turquia ter feito progressos importantes no cumprimento dos chamados "critérios de Copenhaga", com a adopção de medidas como a abolição da pena de morte e o aprofundamento de alguns direitos cívicos, apesar de reconhecer que subsistem ainda problemas nos domínios dos direitos das mulheres e das minorias, das liberdades religiosas, dos direitos sindicais e das relações com a Arménia e Chipre.

"Por isso é que este é um processo aberto que não conduz a priori e automaticamente à adesão", refere a resolução do Parlamento Europeu.

O Parlamento Europeu recusou também a ideia de ser criada uma parceria privilegiada, como pretendiam os grupos de direita, o que, para a eurodeputada Ana Gomes significaria, como afirmou numa declaração de voto, "que a Europa não estaria a honrar as suas promessas".

Não obstante a vigilância que considera necessário manter ao longo do processo que se vai seguir, a eurodeputada explica na declaração de voto as suas razões para ter votado a favor, entre elas porque "uma ruptura do processo de abertura de negociações nesta fase teria consequências desastrosas para a situação dos direitos humanos e para o desenvolvimento das instituições democráticas e o reforço da sociedade civil na Turquia.

ESTÁGIO REMUNERADO DO GRUPO SOCIALISTA DO PARLAMENTO EUROPEU

Está aberto concurso para um estágio remunerado no Grupo Socialista do Parlamento Europeu, no período compreendido entre 21 de Fevereiro e 22 de Julho de 2005. O regulamento do Concurso pode ser consultado na página da Delegação Socialista Portuguesa na Internet: www.partido-socialista.net/pspe. As candidaturas devem ser apresentadas até 31 de Dezembro à Delegação Socialista Portuguesa, por e-mail, para psdelegpt@europarl.eu.int ou em carta dirigida à seguinte morada: Delegação Socialista Portuguesa, Parlamento Europeu - Rue Wiertz, 60 - ASP 126358 - B-1047 Bruxelas

AS MALFEITORIAS DA DIREITA

Fosse pelo método da venda e posterior arrendamento das instalações dos serviços e Institutos, fosse pelo designado "lease-back", o Estado encaixa receitas num momento e contrairia um encargo a perder de vista

1. O Executivo demitido deixa um conjunto de situações preocupantes na área económico-financeira e noutros domínios com repercussões financeiras.

Na Saúde, julgamos que haverá dívidas a deslizar para anos seguintes, com valores ainda não esclarecidos.

No domínio da Administração Pública, onde só uma pequena minoria de serviços terá definido objectivos, funcionará essencialmente o antigo método de avaliações. Ora, é indispensável estabelecer um rigoroso controlo de gastos na Administração, uma eficaz relação custo-benefício e a garantia de efectiva qualidade dos serviços, com o envolvimento dos funcionários neste conjunto de processos.



2. Quanto ao investimento público, é preciso analisar rigorosamente o que está proposto e virá a estar em curso, já que uma boa parte do que foi incluído no PIDDAC/2004 corresponde a gastos correntes (incluindo rendas das instalações bem como remunerações certas e permanentes) de instituições integrantes do Sector Público Administrativo.

Na área da gestão patrimonial do Estado, o balanço é gravíssimo. Fosse pelo método da venda e posterior arrendamento das instalações dos serviços e Institutos, fosse pelo designado "lease-back", o Estado encaixa receitas num momento e contrairia um encargo a perder de vista. Ou seja, aliviava-se formalmente o défice de 2004 e aumentavam-se estruturalmente as dificuldades do Sector Público Administrativo. Felizmente, tal manobra não foi autorizada por Bruxelas.

3. Nas Finanças Públicas, o défice (à parte receitas extraordinárias) continua muito elevado, aproximando-se dos 5 por cento do PIB. O chumbo europeu da operação de "lease-back" do património do Estado é mais do que merecido e vem impedir uma "esperteza salaio", que procurava remendar as contas de 2004, contraindo encargos volumosos para os próximos anos.

Quanto à convergência económica com a Europa, Portugal só perdeu terreno durante o governo de coligação das direitas. Como em 2004 e nomeadamente na fase Santana Lopes, se agudizou o desequilíbrio comercial com o exterior, "menina dos olhos" do "premier" Durão Barroso.

4. Na energia, que condiciona todos os custos industriais, o modelo proposto pelo Governo de Durão Barroso foi rejeitado pela Comissão Europeia presidida por José Manuel Barroso. Entretanto, Álvaro Barreto, depois de ter criticado a condução do processo pelo seu antecessor Carlos Tavares, declarou que não mexerá no modelo até à entrada em funções do novo Executivo. Mas o grave é que os preços da electricidade aumentam, perante a indiferença ou a impotência do Governo.

Nas obras públicas, continua sem se saber quando avança o Aeroporto da Ota, sem se saber qual é a próxima (ou as próximas) travessia(s) do Tejo, foi-se adiando uma decisão definitiva sobre o comboio de Alta Velocidade. Decidido estava criar portagens nas Scut's e desorçamentar brutalmente, passando o Instituto de Estradas de Portugal do Sector Público Administrativo para o Sector Público Empresarial.

Em suma, o balanço é muito negativo.

Opinião

AÇORES

CÉSAR PRIVILEGIA ESTABILIDADE ORÇAMENTAL



O presidente do Governo açoriano, Carlos César, garantiu que vai privilegiar, nos próximos quatro anos, a estabilidade orçamental do arquipélago, mesmo que seja necessário reduzir a velocidade de desenvolvimento das ilhas.

"Se for preciso andar menos depressa, assim o faremos, porque o que importa é que não nos aconteça o que aconteceu no país, com a deterioração das capacidades financeiras públicas e a desmotivação completa dos investidores", afirmou Carlos César no debate parlamentar da proposta de programa de Governo, que foi aprovado pela maioria socialista.

Perante os 52 deputados, o chefe do executivo regional realçou ainda a necessidade de garantir a regularização de dívidas do Governo da República para com a região.

Os Açores têm a receber cerca de 130 milhões de euros de Lisboa, referentes a acertos nas transferências ao abrigo da Lei de Finanças Regionais e de receitas fiscais, alertou.

Carlos César anunciou também que pretende alterar a organização orçamental da região, reservando as receitas fiscais e patrimoniais para o pagamento do funcionamento da Administração Pública Regional, incluindo os sectores

da Educação e da Saúde.

As receitas provenientes de transferências externas serão canalizadas para o financiamento do investimento público, que terá de ser "predominantemente orientado na perspectiva do seu efeito multiplicador na economia", explicou Carlos César.

O presidente do Governo Regional garantiu que, embora esteja prevista a criação de uma comissão eventual do parlamento açoriano para analisar o acordo da Base das Lajes, vai dar prioridade ao reforço dos benefícios resultantes da presença nos Açores das forças militares norte-americanas.

DEMISSÃO DO PRESIDENTE DOS BOMBEIROS

GRAVÍSSIMO SINAL DE AUTISMO GOVERNAMENTAL

O PS considerou a demissão do presidente do Serviço Nacional de Bombeiros e Protecção Civil (SNBPC) "um sinal de instabilidade gravíssimo" que pode interferir com a prevenção dos fogos florestais do próximo Verão.

O major-general Paiva Monteiro apresentou a demissão, acusando o secretário de Estado adjunto do ministro da Administração Interna de "cozinhar" a lei orgânica da instituição sem a ouvir. Segundo o deputado socialista Vitalino Canas, o facto de estarmos a caminho "da quarta equipa directiva dos Bombeiros e Protecção Civil em dois anos e meio constitui um sinal de instabilidade gravíssimo num serviço onde a estabilidade é fundamental para todos nós".

Vitalino Canas considerou que a preparação da época de fogos do Verão já devia "estar nesta altura adiantada" e disse recear que o próximo Governo

chegue a Março "sem nada preparado". "Houve uma segunda reestruturação no SNBPC em Março de 2003 que teve consequências gravíssimas de coordenação ao nível do terreno que foi uma das causas da catástrofe desse Verão, quando arderam mais de 400 mil hectares", recordou.

Para o PS, o facto de o presidente do SNBPC se demitir por falta de diálogo por parte do Governo é um sinal de "total autismo" do Executivo.

"É absolutamente extraordinário ouvirmos dizer a um dirigente que se demite porque um Governo não fala com ele sobre a reestruturação de um serviço a que ele preside", sublinhou.

PS questiona descoordenação

Entretanto, Vitalino Canas exige saber se é verdade que enquanto o Serviço

Nacional de Bombeiros e Protecção Civil estava a trabalhar na elaboração de um projecto de alteração da respectiva Lei Orgânica, o secretário de Estado da Administração Interna estava a preparar uma outra alteração, sem comunicação com o serviço, no que considerou uma flagrante falta de coordenação da gestão da coligação.

Em requerimento, o deputado socialista critica a tutela por proferir "declarações surpreendentes e até pouco serenas", pelo que exige os devidos esclarecimentos.

Vitalino Canas sublinha no documento o facto do secretário de Estado reconhecer que a fusão do Serviço Nacional de Bombeiros e do Serviço Nacional de Protecção Civil, em Março de 2003, não foi um caso de sucesso, "dando com isso razão ao que o PS tem dito e a maioria tem procurado minimizar".

Breves

FEDERAÇÕES

A Federação Socialista do Porto lançou um "site" na Internet com o objectivo central de agregar em seu redor elementos da sociedade civil, numa preparação informática para o fórum "Novas Fronteiras".

Intitulado "Impulso Reformador", este sítio virtual é promovido pelo Gabinete de Estudos do PS/Porto, cujo presidente, José Manuel Ribeiro, espera envolver neste novo "instrumento de debate" membros da comunidade portuense ligados directa ou indirectamente ao partido.

"Pretendemos obter contributos do exterior sobre as mais diversas áreas de debate político e público, assim como transmitir às pessoas as posições que o PS vai assumindo", afirmou, acrescentando esperar que o "site" se torne num "suporte da decisão política da própria distrital".

O PS de Évora congratulou-se com a elevação de Reguengos de Monsaraz à categoria de cidade.

Em comunicado, a federação considera esta promoção "um justo reconhecimento pelo desenvolvimento e crescimento do concelho, fruto do trabalho persistente de uma autarquia dirigida pelo camarada Victor Martelo".

Na mesma nota, os socialistas louvam o trabalho desenvolvido a este propósito por Capoulas Santos, autor da proposta na Assembleia da República e pelo deputado do PS Carlos Zorrinho, "que continuou o projecto encetado pelo seu antecessor até à sua concretização".

Antes de ser conhecida a decisão da Comissão Europeia de chumbar a operação de cedência temporária de 65 imóveis do Estado e institutos públicos — medida proposta pelo Governo para cumprir a meta de um défice orçamental abaixo dos três por cento do PIB —, **o PS da Guarda** manifestou-se contra a venda do edifício da Segurança Social da cidade, aprovada em Conselho de Ministros.

Em declarações ao "Acção Socialista", o deputado socialista Fernando Cabral afirmou que "a opção do défice não justifica tudo", como seria confirmado por Bruxelas.

"O Estado pode alienar o seu património quando este não está a ser utilizado, mas no caso específico do distrito da Guarda, o Executivo está a pretender vender um edifício com evidente valor arquitectónico", onde funcionam os serviços da Segurança Social, disse Fernando Cabral.

CONCELHIAS

Com um total de 153 votos, a lista A saiu vencedora das eleições para a **Comissão Política Concelhia do PS do Seixal**, tendo eleito 25 membros para este órgão. A lista B elegeram apenas 23 membros, por se ter quedado nos 142 votos.

Numa eleição que contou com "um elevado nível de participação" em

todas as secções socialistas — Amora, Arrentela, Corroios, Fernão Ferro, Paio Pires e Seixal —, apenas se registaram três votos brancos e um nulo. De referir que a lista B impugnou as eleições pelo facto da lista A não cumprir a quota estatutária de participação feminina.

O vereador e líder da Concelhia socialista de Cascais, Umberto Pacheco, anunciou que o PS vai requerer uma acção inspectiva às contas da câmara presidida por António Capucho.

A suspeita de que a gestão laranja está a "gastar em excesso" e de "forma descontrolada" tinha levado já o PS/Cascais a requerer uma inspecção em Abril passado, altura em que apresentou também uma queixa em tribunal. Sem resultados conhecidos destas iniciativas, os socialistas decidiram agora renovar o seu pedido depois de ter sido divulgada notícia de que, nos três anos da actual maioria, foram gastos mais de três milhões de euros em material e programas informáticos, sem que a câmara tivesse disso sido informada.

O presidente da Concelhia da Figueira da Foz e deputado pelo PS na Assembleia da República, Vítor Cunha, considera que a demissão do Governo de coligação PSD/PP e a dissolução do Parlamento vão travar a homologação do Plano de Pormenor da cidade e, consequentemente algumas obras de hotelaria previstas, nomeadamente a polémica urbanização do Vale Galante.

Os socialistas estão contra o aumento do índice de construção na envolvente da zona em questão e por isso Vítor Cunha garante que com o PS no Governo, "o plano de pormenor da Figueira será revisto".

"O concelho precisa de hotéis mas com uma envolvente em condições e espaços verdes, em vez de betão", concluiu.

A Concelhia do PS/Barcelos promoveu, no passado dia 11, um jantar de militantes, simpatizantes e autarcas, em que também se comemoraram os 30 anos da existência desta estrutura socialista.

Num momento em que os portugueses se preparam para escolher um novo Governo para o país, este encontro foi classificado como uma "jornada de confraternização que marcará o início de um ciclo político importantíssimo, com a realização de eleições para a Assembleia da República, autarquias e para a Presidência da República".

"Saberemos dar o nosso melhor para vencermos naqueles três desafios eleitorais e, dessa forma, contribuiremos responsabilmente para o progresso, desenvolvimento e bem-estar de todos", garantiram os socialistas de Barcelos.

A Comissão Política Concelhia de Tomar aprovou, na passada reunião do dia 11, o seu novo sistema de financiamento e a proposta do Secretariado vertida no documento "Compromisso de Honra", a assinar por todos os candidatos do PS às autarquias de 2005.

A Comissão foi igualmente informada nesta sessão da disponibilidade

do seu vice-presidente, Hugo Cristóvão, para integrar a lista de deputados que será escolhida no próximo dia 3 de Janeiro, na reunião da Comissão Política Distrital de Santarém.

Promovido pela **Concelhia do PS de Portalegre**, decorreu, no passado dia 17, um debate sobre "Requalificação Urbana", que contou com a presença de Mega Ferreira, Pinto Leite e Domingos e Sousa.

SECÇÕES

A Secção do PS de Oliveira do Douro promoveu, no passado dia 11 de Dezembro, no salão nobre da Junta de Freguesia local, uma sessão de esclarecimento sobre integração europeia, que contou com a participação da eurodeputada socialista Ana Gomes.

AUTARQUIAS

O presidente da Câmara de Braga, Mesquita Machado, inaugurou, no passado dia 13, o Jardim-de-Infância de Gualtar, o último equipamento educativo municipal a concluir no corrente ano lectivo. O equipamento é composto por três salas de actividades, um refeitório e um espaço polivalente, desenvolvendo-se em dois pisos.

Representando um investimento global de 394.618 euros, o edifício, construído de raiz, enquadra-se numa área de significativa densidade demográfica, a Encosta do Sol.

Actualmente, a o município bragantino gere um parque de 65 jardins-de-infância, frequentado por cerca de três mil crianças, o que significa "uma cobertura total da procura deste nível de educação no concelho".

A Assembleia Municipal de Moura rejeitou, com os votos contra do PS, as Grandes Opções do Plano e o Orçamento camarário para 2005.

Numa declaração de voto, **os deputados socialistas de Moura** apontam como as razões fundamentais para a rejeição o agravamento inaceitável do endividamento da autarquia e a fraca execução demonstrada pelo Executivo da CDU, que se tem ficado entre os 25 e os 30 por cento. Em conversa com o "Acção Socialista", o camarada Manuel Mestre sublinhou o carácter "totalmente irrealista e inexequível" dos documentos, sublinhando que "é evidente um desequilíbrio entre as projecções de investimento e as dívidas assumidas pela câmara".

O dirigente do PS/Moura frisou ainda o "tratamento desigual dado pela edilidade às freguesias" e a "inaceitável perpetuação de projectos essenciais" que, "desde 2001, vão ficando sem efeito, até à data".

"É o caso do sistema multimunicipal de abastecimento de água, o qual o executivo da CDU promete simplesmente acompanhar quando é sua competência implementá-lo", exemplificou Manuel Mestre.

JORGE COELHO GARANTE

PS VAI DAR TUDO POR TUDO PARA ALCANÇAR MAIORIA ABSOLUTA

"O PS vai bater-se e dar tudo por tudo para ganhar as eleições com maioria absoluta", garante Jorge Coelho, director operacional da campanha socialista para as legislativas, em entrevista ao programa "Diga Lá Excelência", da Rádio Renascença e do "Público", onde reafirma que António Guterres "é o melhor candidato que o PS e a esquerda em geral podem ter para sair vitoriosos das presidenciais".

Na entrevista, Jorge Coelho defende que "o PS deve dizer com clareza que é preciso estabilidade a sério em Portugal", e que para isso "é fundamental que possa ser dada a oportunidade ao PS, sem coligações, de ter condições para aplicar o seu programa em quatro anos".

Recusando a ideia de triunfalismo no interior do PS em relação às legislativas, mostra-se convicto que "vai ser uma campanha dura", alertando que a sua experiência política que o leva a afirmar que "eleições são eleições e só se contam os resultados depois de as pessoas votarem, de se fazerem os apuramentos".

E adianta que "o PS precisa de se consciencializar que tem de trabalhar muito, que tem de se abrir à sociedade portuguesa, aos sectores mais dinâmicos da sociedade, e ter cada vez mais independentes para trabalhar em conjunto com o partido".

Na entrevista, o também coordenador autárquico do PS sublinha que a decisão do Presidente da República de dissolver o Parlamento "está de acordo com aquilo que é o sentimento profundo de uma esmagadora maioria dos portugueses", já que o ocorrido nos últimos meses "tinha de levar a uma clarificação, a uma tomada de posição por parte do mais alto magistrado da nação".

Agenda

3 de Janeiro – 17h00

O secretário-geral do PS, José Sócrates reúne-se com professores, no Museu de Arte Antiga, em Lisboa.

3 de Janeiro

Reuniões das comissões políticas distritais para indicação dos candidatos a deputados nos respectivos círculos eleitorais.

5 de Janeiro

Reunião da Comissão Política Nacional para aprovar as listas de deputados.

5 de Janeiro

Transmissão do tempo de antena do Partido Socialista, antes do Telejornal.

8 de Janeiro

Fórum temático "Novas Fronteiras" sobre "Portugal no Mundo", a decorrer no Porto.

9 de Janeiro

Fórum temático "Novas Fronteiras" sobre "Qualidade de Vida", a realizar também no Porto.

15 de Janeiro

Fórum temático "Novas Fronteiras" sobre "Crescimento Económico", em Lisboa.

16 de Janeiro

Fórum temático "Novas Fronteiras" sobre "Políticas Sociais", a decorrer em local a determinar no distrito de Setúbal.

16 de Janeiro

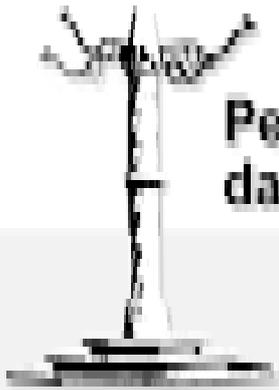
O PS/Porto promove um debate alargado sobre as propostas do Manifesto Distrital.

22 de Janeiro

Reunião do Fórum "Novas Fronteiras" para apresentação do Programa de Governo do Partido Socialista.

28 e 29 de Janeiro

Fóruns distritais "Novas Fronteiras".



Pelourinho da República

"Eu disse ao Pedro: demite-te. Acho que isto não vai lá sem eleições. E ele concordou".

Dias Loureiro
12-12-04

"Demissão de Santana deixa 'jet-se't ele polvorosa"

Título do "24 Horas"
12-12-04

"[A demissão do Governo] é uma tentativa de salvação um pouco tardia."

Miguel Veiga
Rádio Renascença, 12-12-04

"Essa invocação de salvar a honra, com efeito retroactivo, é uma situação eufemística."

Idem
TSF, 12-12-04

"Nenhum Governo com um mínimo de respeito por si mesmo aceitaria permanecer em funções depois de ter sido efectivamente despedido."

Vicente Jorge Silva
"Diário de Notícias", 12-12-04

"O Presidente da República, neste caso, foi o adversário do dr. Santana Lopes."

Miguel Veiga
TSF, 12-12-04

"Não há nenhuma razão para que o PSD transforme Jorge Sampaio em alvo preferencial."

Dias Loureiro
"Diário de Notícias", 12-12-04

"[Santana Lopes] tirou a gabardina do barrosismo para ficar com o fato-macaco do combate político."

Luis Filipe Menezes
Lusa, 12-12-04

"Santana Lopes (...) começa agora a correr a prova, eleitoral, de que gosta e se julga especialista."

João Marcelino
"Correio da Manhã", 12-12-04

"E a procissão ainda vai no adro."

José Leite Pereira
"Jornal de Notícias", 12-12-04

"Pobre país o nosso, dependente de um portador do caos."

Pacheco Pereira
www.abrupto.blogspot.com, 12-12-04

"Portas acusou o sector financeiro de ter influenciado Sampaio. Há provas?"

José Leite Pereira
"Jornal de Notícias", 12-12-04

"Só faltou a Paulo Portas dizer que este era o Governo dos pobres e excluídos e dos desempregados que entretanto foi gerando."

Rogério Rodrigues
"A Capital", 12-12-04

"Os sinais são preocupantes. A retoma parou, as exportações estão a cair, as importações estão a subir."

Dias Loureiro
"Diário de Notícias", 12-12-04

"Um país muito rico mas onde a riqueza está só nas mãos de dez pessoas e onde o povo morre à fome não é desenvolvido."

Idem, ibidem

"É fundamental que haja gente responsável, com sentido de cidadania e de futuro — contra a mediocridade, a periferia e a irrelevância."

Guilherme d'Oliveira Martins
Idem

SISTEMA DE VIGILÂNCIA COSTEIRA

GOVERNO TRANSFORMOU PROCESSO DE ADJUDICAÇÃO EM "NEGOCIATA"

O PS responsabiliza o Governo pelos atrasos no processo de adjudicação do projecto de sistema de vigilância costeira (VTS), acusando-o de ter transformado o projecto numa "negociata".

Em declarações ao "Acção Socialista", José Junqueiro afirma que o sistema "poderia estar em funcionamento já e não apenas em 2007" se o anterior concurso de VTS, também ganho pelo consórcio liderado pela EADS, não tivesse sido anulado "ilegalmente" pela tutela.

"Este é um projecto que ficou pronto a lançar, mas que não foi implementado porque o Governo optou por ceder a pressões e paralisou o processo em prejuízo dos interesses do Estado".

Para o parlamentar socialista, este episódio constitui nova prova da incompetência do Governo e da falta de transparência no Ministério da Defesa, acusando directamente Paulo Portas de mentir na cerimónia de assinatura do contrato com a EADS ao afirmar ter desbloqueado "em quatro meses um processo de quatro anos".

Junqueiro questiona desde logo a aritmética do governante: "A decisão da adjudicação ao consórcio liderado pela



EADS foi tomada no início de 2002 e posteriormente impugnada pelos concorrentes derrotados, mas os tribunais decidiram pela validade do concurso. Desde então passaram-se dois anos no limite e não quatro", precisou.

O ex-secretário de Estado da Administração Marítima e Portuária, assegurou depois que "o imbróglia jurídico que se seguiu até agora foi arranjado pelo Governo, que se submeteu à pressão dos concorrentes, transformando numa decisão política aquilo que deveria ser uma decisão dos tribunais".

De acordo com o deputado do PS, apesar desta decisão ter sido posteriormente

validada pelo Supremo Tribunal de Justiça, o ex-ministro do PSD Valente de Oliveira pediu um parecer ao conselho consultivo da Procuradoria-Geral da República.

Este órgão votou maioritariamente contra a validade do concurso, alegando a existência de irregularidades numa das grelhas de classificação dos concorrentes, e foi com base neste parecer que o Governo anulou a adjudicação, lançando posteriormente novo concurso.

"Perderam-se dois anos e centenas de milhares de contos" e "quem ganhou na altura acabou por ganhar agora", criticou José Junqueiro, desmontando de seguida o argumento de que a instalação do sistema ficou agora mais barata, pois, "os poucos milhões de euros" de diferença "em relação a 2002 devem-se a evidentes amputações no projecto inicial".

O Vessel Traffic System (VTS) vai entrar em funcionamento em 2007, fazendo a monitorização da costa marítima num raio de 92 quilómetros e o controlo do tráfego nos portos comerciais do território continental.

M.R.

O ACOSSADO, O ESTADISTA E O SALVADOR DA PÁTRIA

A dissolução do Parlamento e a demissão do Governo têm sido férteis em cenas dignas de um *western* de Sergio Leone. Tal como nos filmes do célebre realizador italiano, o guião contrapõe vilões e justiceiros, bons e maus, perseguidos e perseguidores. Na paisagem, com grande planos de rosto e postura amuada, sobressai Santana Lopes, a encarnação por excelência do acossado perante o ataque de Jorge Sampaio, esse caudilho mexicano que ousou dissolver a Assembleia da República e pôr fim a um Governo que estava a conduzir o país a um beco sem saída. Qual dama ofendida à procura de um cavaleiro andante que lhe faça justiça, o primeiro-ministro demissionário não se cansou de insinuar que Sampaio o enganou, no que foi prontamente seguido por alguns correligionários do partido que, de repente, se arvoraram em defensores e paladinos da Constituição da República, quando, nos tempos do deserto Durão Barroso, apresentaram uma proposta de revisão que subvertia os seus princípios mais inovadores e progressistas.

Apesar do seu desejo de protagonismo vitimista, Santana Lopes não se encontra só. No horizonte texano-lisboeta despontam outras personagens. Paulo Portas é a primeira. Não representa o papel do humilhado e ofendido à *bout de souffle*, como Santana Lopes. Pelo contrário, surge no guião como o protótipo do estadista responsável, a garantia última da estabilidade perdida. Os ministros do seu partido revelaram-se os mais competentes, enquanto ele tudo fez para manter a coesão governamental. Poço de virtudes, está sempre pronto a sacrificar-se pelo que une a direita e a abstrair-se do que a divide. O distanciamento relativamente a Santana Lopes coincide com o anúncio de uma união de facto: concorreremos separados às eleições antecipadas, mas respeitamo-nos mutuamente e complementamo-nos um ao outro.

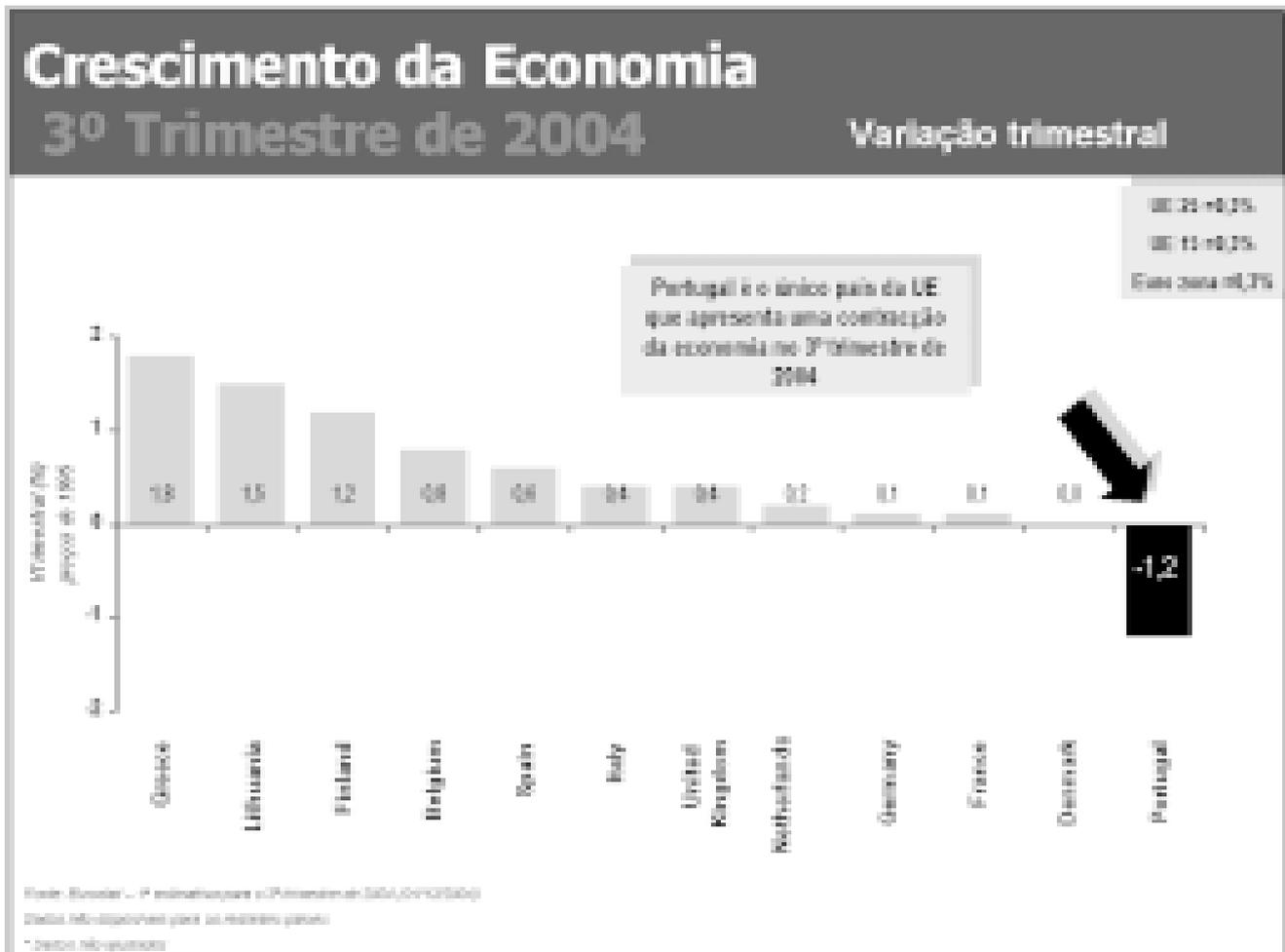
Mas eis que desponta um novo protagonista. Qual fénix renascida das cinzas, Cavaco Silva surge, tal como em 1985, como a personagem que nada tem a ver com as políticas do seu partido. No guião adopta a postura do

regenerador anunciado que se dispõe a livrar o país dos políticos "incompetentes" e a atrair as "elites profissionais" para a vida política partidária. Qual homem providencial, mantém uma visão autoritária da política e dos políticos. A política democrática pressupõe o debate e o confronto de ideias e tem como alimento a participação de todos nas decisões comuns. No entanto, para Cavaco Silva são as "elites profissionais" que devem tornar-se os principais protagonistas da vida política. Que restará aos outros cidadãos senão contemplarem embevecidos a sua acção "competente"?

Que conclusões tirar deste filme? A direita procura desesperadamente um novo Salazar, o candidato destinado a pôr ordem no caos que ela própria gerou com as suas políticas ruinsas. Um Salazar, adaptado às novas condições de desmantelamento das funções sociais do Estado, de precariedade laboral, de desemprego e desigualdade crescente. E Cavaco Silva está mais próximo de se converter nessa figura do que Santana Lopes. A estratégia de branqueamento reveste agora a forma de "renovação" do PSD e propõe-se como missão contribuir para "o desenvolvimento futuro do país". As presidenciais constituem a grande aposta. Mais uma razão pela qual o Partido Socialista deve lutar para alcançar a maioria absoluta e construir a alternativa. A mera alternância apenas preparará o caminho para a ascensão dos candidatos a salvadores da pátria e para a realização da máxima há muito acalentada pela direita: "Um governo, uma maioria, um presidente".



JOAQUIM JORGE VEIGUINHA



SUGESTÕES

por ISABEL PIRES DE LIMA

A COSTA DOS MURMÚRIOS: FILME E LIVRO



O romance de Lídia Jorge, *A Costa dos Murmúrios*, publicado em 1988, foi certamente um dos romances mais originais e emblemáticos dos anos 80 e dos mais conseguidos no âmbito da narrativa inspirada pela Guerra Colonial. É ele que está na base do filme com o mesmo título, de Margarida Cardoso, com Beatriz Batarda, Mónica Calle e Filipe Duarte, e que constitui a primeira longa-metragem da cineasta, actualmente em exibição com assinalável êxito, nas salas de cinema.

O filme, seguindo o romance, conta, através da voz em *off* de Eva Lopo, a história de Evita (Beatriz Batarda), isto é, a sua própria história quando, vinte anos antes, foi para Moçambique para casar com o alferes miliciano Luís Alex (Filipe Duarte). São simultaneamente duas e a mesma mulher, por isso Eva Lopo precisa de repetir "Evita era eu", visto que já não se reconhece hoje na identidade da protagonista da história que vai contando da jovem mulher que vemos nas primeiras imagens do filme, radiosa e feliz, dançando com o noivo no terraço do hotel Stella Maris, na festa do seu casamento. São imagens de perfeição que rapidamente se estilhaçam no confronto com a atmosfera de violência racial e morte que domina a sociedade colonial, como rapidamente se estilhaça a relação entre os noivos mudados pela guerra vivida na frente pelo noivo, na retaguarda pela noiva.

O filme, como o romance, nunca nos mostra o teatro da guerra, mas as várias versões que na retaguarda se vão construindo da guerra, a partir dos diversos pontos de vista das mulheres dos oficiais vivendo vidas de solidão diferentemente preenchidas por *crochets*, jogos de cartas, amantes, banhos de sol... Evita vai descobrindo como o homem com quem casou já não é o jovem idealista que amara em Lisboa, mas um oficial comprometido mais ou menos activamente com uma

guerra que ela recusa no seu próprio fundamento. E vai passando diante dos nossos olhos o quotidiano de uma cidade onde nada parece acontecer e onde muito especialmente as mulheres vivem numa atmosfera concentrationária, mas onde emerge em súbitas erupções uma violência incontida: espancamentos, perseguições, assassinios colectivos programados; estes últimos, no fundo, não muito diferentes dos massacres que se vão perpetrando na frente.

Evita vai perdendo a inocência e vai-se tornando Eva Lopo, como porventura também a perdera Helena (Mónica Calle), a sofrida e destroçada mulher do capitão sob cujas ordens Alex opera. Ela aprendeu quanto a verdade é instável e quanto as fronteiras entre realidade e ficção são fluidas.

O filme abre com uma sequência de imagens documentais a preto e branco da África colonial dos anos 60, acompanhada pela voz de Simone de Oliveira cantando "Sol de Inverno", mas essa evocação funciona *a contrario* num filme que, recusando qualquer saudosismo, abre para uma revisão alternativa da versão oficial da(s) história(s), mostrando, com bastante fidelidade relativamente ao romance, que reconstituir o passado não é linear e que ouvir-lhe os "murmúrios" obriga a um constante exercício de revisão, interpretação e algum distanciamento irónico, exactamente como faz Eva Lopo, ao lembrar Evita.

Um filme a não perder, bem realizado, com uma boa direcção de actores e os destacáveis desempenhos de Beatriz Batarda e Mónica Calle, para além de uma cuidada reconstituição da atmosfera de época, o qual nos convida a revisitar um passado histórico recente que temos silenciado excessivamente. E por que não ver o filme e depois (re)ler o romance de Lídia Jorge?

Accção Socialista

ÓRGÃO OFICIAL DO PARTIDO SOCIALISTA
Propriedade do Partido Socialista

DIRECTOR Augusto Santos Silva | DIRECTOR-ADJUNTO Silvino Gomes da Silva silvino@ps.pt | REDACÇÃO J.C. Castelo Branco cbranco@ps.pt; Mary Rodrigues mary@ps.pt; P. Pisco ppisco@ps.pt | SECRETARIADO Virginia Damas virginia@ps.pt
PAGINAÇÃO ELECTRÓNICA Francisco Sandoval francisco@ps.pt | EDIÇÃO INTERNET José Raimundo; Francisco Sandoval
REDACÇÃO, ADMINISTRAÇÃO E EXPEDIÇÃO Partido Socialista; Largo do Rato 2, 1269-143 Lisboa; Telefone 21 382 20 00, Fax 21 382 20 33
DEPÓSITO LEGAL N.º 21339/88 | ISSN: 0871-102X | IMPRESSÃO Mirandela, Artes Gráficas SA; Rua Rodrigues Faria 103, 1300-501 Lisboa

w w w . p s . p t / a c c a o

MEMORANDUM

FOR THE RECORD

DOMESTIC

1950

